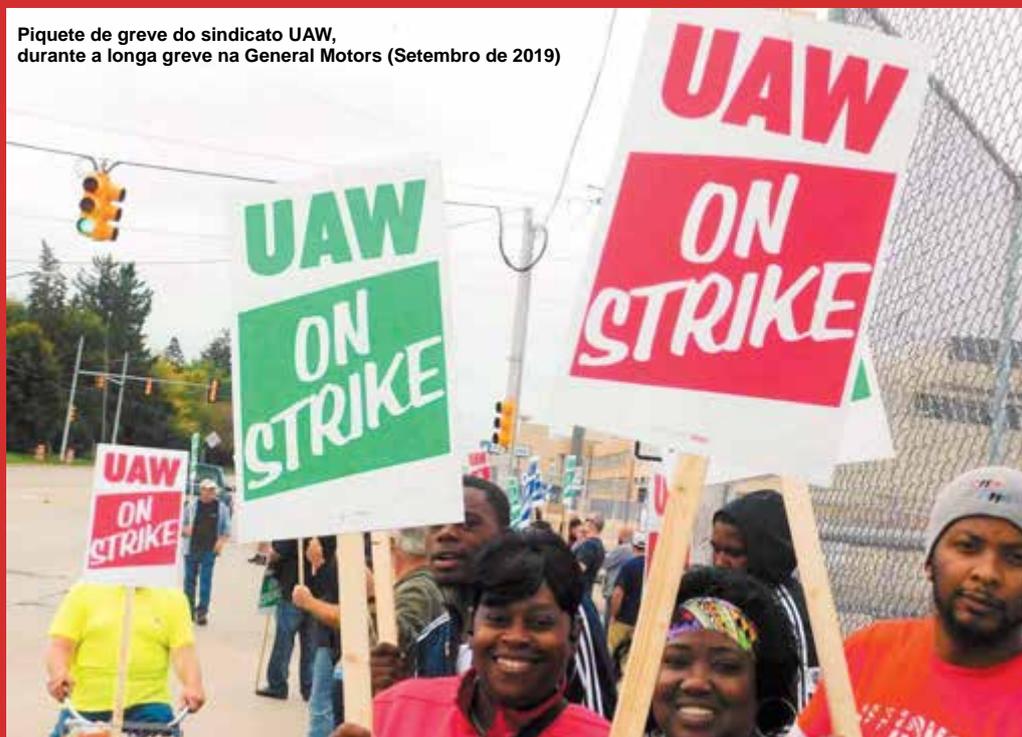


A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

ESTADOS UNIDOS A classe operária e as eleições presidenciais



FRANÇA

Uma Intensa Luta de Classes

ÍNDIA

Levantamento contra o Regime de Modi

ACTUALIDADE DO MARXISMO

Em que Situação Está a Economia Mundial?



Índice

Notas editoriais página 3

Análise

França: Uma Intensa Luta de Classes página 5

Índia: O Alcance do Imenso Movimento de Rejeição de Modi e da sua Política página 11

Estados Unidos: A Classe Operária dos Estados Unidos e as Eleições Presidenciais de Novembro de 2020 página 16

África Ocidental: Luta de Classes e Contradições Inter-Imperialistas página 25

Correspondências d'A Internacional página 27

Actualidade do marxismo

Em que situação está a economia mundial? página 33

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Ao escrevermos estas Notas Editoriais — é dia 27 de Fevereiro —, a epidemia do coronavírus está, na opinião dos cientistas, em vias de se transformar em pandemia, ameaçando alastrar ao planeta inteiro.

Longe de nós querer dar aqui um parecer científico sobre o vírus, a sua origem, a sua perigosidade e as medidas necessárias para combatê-lo. Ao marxismo é alheia toda e qualquer forma de “ciência oficial”, de “medicina oficial”, tal como rejeita a “arte oficial”. A única caracterização que, neste momento, reúne a unanimidade da comunidade científica é que se está perante um vírus dito emergente, portanto desconhecido até agora no homem. O vírus é responsável por infecções respiratórias cuja gravidade se prende com a virulência própria do germe. Transmite-se como as outras infecções respiratórias. Não existe de momento nem tratamento nem vacina específica. O vírus tem forte potencial de mutação, podendo tornar-se mais facilmente transmissível e mais virulento, embora, como acrescentam muitos cientistas, nada seja certo.

Politicamente, é possível afirmar que, tendo partido da cidade de Wuhan, na República Popular da China, a epidemia começou por ser desmentida pelas autoridades burocráticas, que, em Dezembro de 2019, chegaram a reprimir quem lançou o alerta. Como então disseram os trabalhadores chineses: “São lentos a gerir a crise, mas lestos a mandar-nos calar.” Quando a epidemia deixou de poder ser negada, as autoridades mobilizaram então todos os meios do Estado para medidas espectaculares (quarentena de cidades inteiras, construção-relâmpago de hospitais). Tarde demais, porém, para erradicar a epidemia. Esta tornou-se, entretanto, em pandemia: alastra pela Ásia, pelo Médio Oriente, pelo Norte de África e pela Europa... seguir-se-á a América. Há alarme entre os observadores: que irá acontecer quando ela se abater sobre países em que décadas de “planos de ajustamento estrutural” ditados pelas instituições financeiras internacionais arruinaram o sistema de saúde público? E nos países imperialistas, onde a política dos governos capitalistas de todas as cores políticas tem posto em causa a protecção social e o sistema hospitalar? Na Itália, em França, a imprensa interroga-se: “*Está o hospital público preparado?*” Um sindicalista em França testemunha: “*Num hospital à beira da ruptura, qualquer sobrecarga de actividade tem consequências.*” E que dizer dos Estados Unidos — a principal potência capitalista do mundo —, onde 48 milhões de cidadãos não dispõem de nenhum seguro de saúde?

As epidemias não conhecem fronteiras, e não se pode combatê-las eficazmente sem cooperação científica e médica internacional, livre seja de toda a restrição que não seja de natureza científica. Coronavírus ou doença, epidemia ou problema de saúde pública que seja, a questão que se põe é sempre a mesma: a dos “meios” que uma sociedade decide afectar, ou não, à saúde e ao bem-estar da imensa maioria. Problema que nos remete inelutavelmente para as questões fundamentais da revolução proletária: que classe social detém os meios de produção? Já agora a pandemia de coronavírus está causando um certo pânico nos círculos capitalistas. Não porque mil-

hares de seres humanos foram levados pelo vírus e dezenas de milhares de outros possam sê-lo. Não, o que preocupa as “praças bolsistas” internacionais e, na sua sequência, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu, etc., é que medidas aqui ou ali tomadas possam “erradicar o crescimento”, fazer abrandar a economia e vir, conseqüentemente, a ser a faúlha que precipite o rebentamento da bolha especulativa há meses anunciada pelos próprios analistas do capital.

Como marxistas e militantes pela revolução proletária, publicamos neste número um artigo de análise teórica: “Em que situação está a economia mundial?”. Nele fazemos a demonstração de que os últimos desenvolvimentos da economia capitalista mundial confirmam uma vez mais a imperiosa necessidade de derrubar este sistema, cujo tempo já passou. Não há alternativa à barbárie que não seja o derrube do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. É a tarefa histórica da classe operária, única força social capaz de levar atrás de si todas as camadas oprimidas da sociedade para acabar com a dominação do capital.

Como se lerá em vários artigos deste número, seja nos Estados Unidos, na Índia, em França, na África Ocidental, ou ainda na Argélia, no Chile, no México ou no Líbano, a classe operária não tem outra opção a não ser a sua luta de classe ante os planos de destruição que decorrem da sobrevivência do capital. Com situações nacionais muito diferentes de um país para o outro, todas estas lutas de classe inculcam à classe operária a necessidade de assegurar a sua independência política, no que se inclui a necessidade de as suas organizações operárias romperem com a burguesia e o imperialismo.

Ruptura com o imperialismo e seus planos: esta necessidade rompe candente na Palestina, onde o anúncio por Trump do seu “acordo do século”, no dia 28 de Janeiro, não significa senão uma nova etapa da expulsão do povo palestino das suas terras. Nesse ensejo, ouviu-se quem se indignasse por o plano de Trump “se opor à solução de dois Estados” (portanto um hipotético “Estado palestino” ao lado do Estado sionista). Houve também quem se indignasse por ser a “morte dos acordos de Oslo” (portanto dos acordos feitos em 1993 entre o Estado sionista e a direcção palestina sob a égide dos Estados Unidos, instaurando “bantustões”⁽¹⁾ palestinos em 20% do território da Palestina). A verdade é bem diferente: o plano de Trump insere-se numa continuidade. A de todas as pressões “soluções” impostas do exterior ao povo palestino desde a resolução de 29 de Novembro de 1947 da Organização das Nações Unidas⁽²⁾ sobre a partição da Palestina, passando pelos Acordos de Camp David e, depois, os de Oslo. O plano de Trump mais não faz do que ir um pouco mais longe na mesma direcção: a barbárie. Não há alternativa ao respeito do direito à autodeterminação do povo palestino, com todas as suas componentes e, se ele assim o decidir, à instauração de uma Palestina laica e democrática em todo o território da Palestina, reconhecendo a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos, seja qual for a sua religião ou falta dela.

● NOTAS EDITORIAIS

São estas as razões que fazem das organizações do CORQI parte integrante e plena do apelo de 407 militantes operários de todas as tendências, de 52 países, à reunião, nos dias 5 e 6 de Novembro de 2020, em Paris, de uma conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária.

Integramo-nos plenamente nele porque, na crise profunda do movimento operário mundial, os militantes, grupos, tendências, organizações — em que se inserem as forças que se batem pela reconstituição da IVª Internacional — que consideram que não é possível aceitar as exigências do capital em decomposição têm a responsabilidade, independentemente do respectivo percurso e

origens, de se reagruparem para abrir outra via ao movimento operário, a via da luta contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária.

A Internacional, 27 de Fevereiro de 2020

(1) Sob o regime racista do apartheid, na África do Sul, os banhistões eram autênticos papelinhos de Carnaval, territórios reservados para os negros, pretensamente “autónomos” e administrados por chefes locais.

(2) A resolução nº 181 das Nações Unidas (29 de Novembro de 1947), apoiada pelos imperialistas americanos, britânicos e franceses, assim como pela burocracia estalinista da URSS, impõe a partição da Palestina entre um Estado “judeu” e um Estado árabe. Este último nunca verá a luz do dia.

Aos nossos leitores

A pedido de muitos de vós, a redacção apresenta-vos esta nova fórmula d’*A Internacional*, revista internacional do CORQI, publicada em oito línguas. Artigos mais curtos, uma apresentação mais arejada, onde se distinguem uma parte de Actualidade Política e uma parte de Actualidade do Marxismo. Convidamos os nossos leitores a continuarem a dar-nos conta das suas críticas e sugestões, a fim de melhorar a legibilidade da nossa revista e a sua utilidade ao serviço da reconstituição da IVª Internacional.

Declaração comum das organizações do CORQI da Europa e dos Estados Unidos

“*O exército americano desembarca em massa na Europa*”: assim anuncia a imprensa a chegada de milhares de soldados americanos ao Velho Continente.

Vinte mil soldados americanos desembarcam, no quadro da operação *Defender Europe*, as maiores manobras militares dirigidas pelos Estados Unidos dos últimos vinte e cinco anos, mobilizando um total de 37.000 soldados americanos e europeus.

O exército americano afirma querer também “*demonstrar a capacidade do exército americano para mobilizar rapidamente uma força importante para apoiar a NATO e responder a qualquer crise*”. As manobras correrão na fronteira oriental da NATO, sendo, por conseguinte, um passo mais no acentuar da tensão com a Rússia.

Este desembarque, inédito nos últimos vinte e cinco anos, dá-se quando:

— o governo americano multiplica provocações contra o Iraque e o Irão, assassinando do general Soleimani no dia 3 de Janeiro, uma marcha bélica rejeitada pela juventude e pelo povo americano;

— com o seu pretensu “acordo do século”, o governo americano dá luz verde a Netanyahu para expulsar a totalidade do povo palestino das suas terras;

— o governo americano prossegue a sua guerra comercial contra a China, acompanhada de manobras militares no mar da China;

— o governo americano continua as negociações com os talibã, nas costas do povo afegão, quando no ano 2019 se assistiu ao recorde de bombardeamentos americanos contra os civis.

Estas manobras militares na Europa decorrem quando a guerra se reacende na Líbia, quando se desenrola um drama humano nas ilhas gregas onde a União Europeia estaciona dezenas de milhares de refugiados das guerras e das intervenções imperialistas. Quando o governo Macron envia, igualmente, mais 600 soldados franceses para o Sahel, aumentando para 5.000 o número de soldados franceses nos países africanos da região.

As organizações e grupos do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) na Europa e nos Estados Unidos, afirmam que estas manobras voltam a provar que a sobrevivência do regime capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, é a causa da marcha para a guerra permanente em todos os continentes.

Afirmam que, contrariamente a todos os discursos dos seus partidários há trinta anos, a União Europeia não é de maneira nenhuma um “baluarte” contra o imperialismo americano, mas, pelo contrário, o seu instrumento subsidiário, tanto no plano económico como no militar, mais do que nunca justificando a ruptura com a União Europeia.

As organizações e grupos do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

— condenam estas manobras militares e exigem a retirada de todas as tropas americanas, de todas as bases americanas e da NATO da Europa,

— exigem que se ponha termo a todas as intervenções militares em que participam governos europeus com o apoio da União Europeia,

— exigem a requisição dos orçamentos militares, de modo que as gigantescas somas engolidas pela guerra sejam consagradas a obras úteis: hospitais, escolas, serviços públicos, etc.

— exigem que todos os refugiados expulsos de casa pelas intervenções militares e pelos planos de pilhagem das instituições financeiras e grandes multinacionais sejam acolhidos dignamente.

Essas organizações e grupos consideram que tal deve ser a posição de organizações que se reclamem dos trabalhadores.

E apelam aos militantes operários de todas as tendências do continente para que continuem a unir-se para assegurar o êxito da Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária, convocada para Paris nos dias 5 e 6 de Novembro por 407 militantes de 52 países, assim como o encontro de europeu de militantes operários no dia 2 de Maio em Liège, a convite de militantes operários e sindicalistas belgas.

26 de Fevereiro de 2020

França

Uma Luta de Classes Intensa

A Intervenção dos Militantes Revolucionários

Conversa com um militante da Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IV^a Internacional (a TCI é uma corrente do Partido Operário Independente Democrático, POID).

Faz dois meses que a França conhece o mais poderoso movimento de luta de classes desde há décadas. Podes-nos descrevê-lo em traços gerais?

É verdade, este poderoso movimento foi, nomeadamente, marcado por uma greve contínua da maioria dos funcionários da SNCF (sociedade nacional dos caminhos de ferro, em vias de privatização) e da RATP (transportes colectivos da região de Paris, igualmente em vias de privatização), que durou 45 dias. Houve muitos dias e mesmo semanas de greve em diferentes sectores: refinarias, energia, ensino, função pública, etc.

No primeiro dia deste movimento de conjunto, o dia 5 de Dezembro, a greve foi seguida em mais de mil empresas do sector privado, onde é muitas vezes mais difícil fazer greve. Foi um movimento de considerável poderio. Arrastou inclusive camadas não proletárias, como os advogados (15.000 dos quais participaram na manifestação em Paris esta semana). O motivo é, como toda a gente sabe, a reforma das aposentações que o governo Macron



Evreux, 5 de Dezembro

pôs em andamento.

É, porém, um movimento que vem de muito mais longe. Foi, na realidade, na greve de massas dos agentes da RATP de 13 de Setembro de 2019 que surgiu a perspectiva de prolongar o movimento com uma “greve ilimitada” a partir de 5 de Dezembro. E a junção com os ferroviários fez com que, vinda da base, a ideia da generalização, de um movimento de conjunto da classe operária, tivesse ascendido pouco a pouco e levado as confederações sindicais CGT e CGT-Force ouvrière, assim como a FSU (federação autónoma, maioritária entre os professores) e a Solidaires, a apelar à greve

segundo a fórmula deles “*a partir de 5 de Dezembro*”.

Que características tem o movimento e o que o distingue de anteriores?

Uma das características foi que a rejeição da reforma de Macron pela classe operária foi de tal ordem, que, desde o princípio, os dirigentes das organizações não tiveram alternativa a não ser pronunciar-se pela “retirada” do projecto. É uma coisa importante. Durante meses e meses, o governo Macron fez tudo para tentar associar as organizações sindicais à preparação do seu projecto de destruição das aposentações. Fê-lo ao longo de

meses e meses de sessões de “concertação”. O risco de as direcções das organizações sindicais se deixarem como que “aliciar” e cair na armadilha de uma pre-



Assembleia geral na RATP

● ANÁLISE

>>>

Marselha. 24 de Janeiro



tensa construção conjunta da contra-reforma era grande.

Mas não aconteceu. O que não quer dizer, é claro, que não tenha havido ambiguidades e que não as haja ainda. Só que a palavra de ordem vinda de baixo, de “retirada, mais nada”, “nesta reforma, não há nada para negociar”, impôs-se em larga medida neste movimento. Ainda hoje, dois meses depois, a evidência por tantos partilhada é de que o projecto tem de ser retirado. Tanto mais que nada há que o justifique, nem o pretenso “défice do regime de aposentações” (artificialmente provocado pelo governo, que autorizou os patrões a não pagarem o que deviam) nem uma qualquer dificuldade de equilibrar as contas. A única razão da reforma é a exigência da classe capitalista de poder transferir, especialmente para empresas privadas, os 300 mil milhões anuais que a receita dos regimes de aposentação representa e que, de momento, por estes serem de base repartitiva, escapa à especulação.

Esta evidência explodiu à luz do dia logo no início de Dezembro, quando os trabalhadores em greve se deram conta de que Macron, logo que foi eleito, em Maio de 2017, se tinha concertado com o patrão da BlackRock, um dos principais fundos de investimento, baseado nos Estados Unidos.

Nos dias 14 e 15 de Dezembro de 2019, enquanto a greve alastrava, realizou-se o 54º

Congresso da secção francesa da IVª Internacional (a Tendência Comunista Internacionalista, que é uma corrente do Partido Operário Independente Democrático). Que intervenção tiveram os militantes revolucionários na greve?

Neste movimento, os militantes da IVª Internacional desempenharam, naturalmente, o seu papel em pleno. Primeiro, na medida em que temos andado em campanha há perto de dois anos, pondo os trabalhadores em guarda contra esta reforma das aposentações em preparação. Todas as semanas, meses e meses a fio, explicámos nas colunas de *La Tribune des travailleurs* o que o projecto de reforma de Macron significava. Alertámos, no jornal, contra os perigos da “concertação”, explicando que o

governo Macron tentava algar as organizações sindicais, tentando associá-las à sua contra-reforma. No entanto, não nos limitámos a informar. Nas empresas, os militantes do POID (nomeadamente os militantes trotskistas) propuseram aos seus colegas, camaradas de sindicato e trabalha-

dores não sindicalizados e militantes de todas as tendências que constituíssem “comités unitários”. No espaço de um ano e meio, estes comités unitários reuniram quatro conferências nacionais de delegados, conseguiram que 75.000 trabalhadores de todas as tendências assinassem um apelo intitulado “Não mexam nas nossas aposentações!” — um apelo que indicava com clareza que era necessário realizar a unidade dos trabalhadores e organizações pela “retirada” do projecto de reforma das aposentações.

E depois, quando concretamente se desenhou a perspectiva de greve “a partir de 5 de Dezembro”, nós propusemos que se constituíssem, nas empresas, “comités de preparação da greve” com as organizações sindicais. E, logo que a greve começou, bate-mo-nos por que “os trabalhadores decidissem por si” — portanto, que os trabalhadores, com as suas organizações sindicais, se pudessem reunir em assembleia geral, discutir e decidir por si as reivindicações e as

formas de acção. Nessas assembleias, propusemos que, onde fosse possível, se constituíssem comités de greve, constituídos por delegados designados nas assembleias gerais com as organizações sindicais, lutando pela continuação da greve até se conseguir



Número 219 (18 de Dezembro de 2019)

impor a retirada.

Calculamos que, antes do 5 de Dezembro e depois dele, os trabalhadores se depararam com obstáculos?

Claro, houve e há obstáculos. Um desses obstáculos é que o go-

Advogados em Bordéus



verno Macron, apoiado nas instituições bonapartistas da Vª República, acha que enquanto não for obrigado a recuar por uma greve geral de conjunto, tem as mãos livres para continuar a golpear. As instituições da Vª República — criadas em 1958 pelo golpe de Estado do general de Gaulle — têm, com efeito, a particularidade de constituir um regime em que todos os poderes se concentram nas mãos do presidente, “homem providencial”.

Enquanto estamos aqui a falar, está começando o debate parlamentar sobre o projecto de lei. Só que toda a gente sabe que dele nada pode sair de bom para os trabalhadores. Os deputados da *France insoumise* (o movimento de Jean-Luc Mélenchon) apresentaram 20.000 emendas. Um deputado do Partido Comunista Francês afirma por seu lado: “*Utilizaremos todos os instrumentos que tivermos à disposição neste debate parlamentar*”.

Ora, é exactamente aí que bate o ponto. É que a Vª República não é um regime parlamentar burguês, mas sim um regime bonapartista. Na Vª República, quem tem a iniciativa das leis é o governo (nomeado pelo presidente) e só ele. É o governo (sob a autoridade do presidente) que tem todo o poder para recusar as emendas dos parlamentares. Todo o poder para acelerar o processo de adopção das leis. O nº 3 do artigo 49º da Constituição permite-lhe mandar adoptar uma lei sem sequer passar pelo exame na especialidade e pela adopção parlamentar. Foi o que fez, em 2016, o governo Hollande-Valls (do Partido Socialista) para fazer adop-

tar a lei El Khomri de destruição do Código do Trabalho. Não há, conseqüentemente, nenhuma perspectiva para os trabalhadores no quadro do Parlamento. No âmbito do Parlamento, o governo tem as mãos livres para impor o seu projecto de lei como entender. A não ser, claro, que a luta de classes se venha a opor a isso.

Foi nesse aspecto que estes dois meses de greve, de manifestações, de greves em pára-arranca, mantendo-se, no entanto, a mobilização sempre extremamente poderosa, acabaram por suscitar uma interrogação: sem ser a greve geral, o que há-de poder fazer com que o governo recue? A resposta é clara: só a greve geral pode fazer com que o governo recue.

No início de Fevereiro, o correspondente do *Washington Post* em Paris escreveu: “O presidente não se pode considerar vencedor, como tão-pouco se pode apontar os sindicatos como derrotados”, pois, segundo ele diz, “a confrontação entre um palácio do Eliseu cada vez mais isolado e a rua continua sob várias formas”. Podes comentar?

O governo está em crise, está isolado. Ouve-se o ruído das cúpulas das instituições a estalarem. Nesse aspecto, saliente-se aos nossos leitores que o governo Macron vem há meses recorrendo a uma repressão policial de grande selvajaria. Repressão policial como não se tinha conhecido na Vª República desde a época da suja guerra colonial contra o povo argelino e a sua revolução (1954-1962). Só que o recurso à repressão, não só con-

tra os grevistas e os manifestantes, mas até contra jornalistas, advogados, etc., não é prova da força do poder.

Dois meses depois de o movimento de greve se ter iniciado, as sondagens — com todas as reservas quanto a estas sondagens — dão 60 a 70% da opinião pública favorável à palavra de ordem de retirada da reforma. Todas as tentativas para opor os utentes atrapalhados pela greve aos trabalhadores dos transportes em greve falharam. A imensa maioria da população considera que o governo devia recuar. O governo, que, em simultâneo, está tentando dar cabo do exame de acesso à universidade (o *baccalauréat*, que era até agora um diploma nacional adquirido no final dos estudos secundários, igual para todos os alunos do país, reconhecendo-lhes a qualificação) provoca explosões de cólera contra ele entre a juventude, os professores e os pais de alunos. A greve dos advogados prossegue com muita força contra a reforma das aposentações, que também os ameaça. Nestas condições, é claro que, se a isso fosse obrigado por uma greve geral, não demoraria muito até Macron e o seu governo serem obrigados a recuar.

Mas do que depende a perspectiva da greve geral? É do apelo à greve “na base”, ou também é preciso que as organizações sindicais (e as suas direcções) apelem à greve geral?

Claro que a greve geral pressupõe a mobilização dos trabalhadores “na base”, é evidente. No entanto, os dois meses transactos mostraram que os trabalhadores já não precisam de se sujeitar a um exame para ver se são capazes de entrarem em acção.

Em contrapartida, não se pode deixar de observar que os dirigentes das confederações e das organizações sindicais que tomaram a iniciativa do 5 de Dezembro se recusaram, até à

● ANÁLISE

» data, a avançar a palavra de ordem de greve geral.

Alguns dirigentes falam da necessidade de “reconduzir a greve”, outros falam de “generalizar a greve”. Nos dois casos, porém, estão como que a atirar a responsabilidade “para baixo”, para cima dos trabalhadores. Os dirigentes que fazem uso destas fórmulas estão dizendo aos trabalhadores: nós já fizemos o que tínhamos a fazer, agora é convosco mostrarem que querem lutar. Ora, a realidade não é assim.

Houve neste país, nos dois últimos meses, milhões de manifestantes e grevistas. A determinação dos trabalhadores já não precisa de demonstração. Se se quiser, no entanto, que um movimento de conjunto obrigue o governo a capitular, não há que ter medo das palavras: irá ser preciso paralisar o país, parar a actividade económica nas fábricas, estaleiros, serviços, transportes, administrações e escolas. A questão é, efectivamente, a greve geral para bloquear toda a actividade e, desse modo, impor uma relação de forças que obrigue o governo a recuar.

É verdade que, só por si, se os dirigentes das confederações e organizações sindicais que tomaram a iniciativa do 5 de Dezembro apelassem à greve geral, isso não garantiria que ela fosse bem sucedida. Mas não é menos verdade que tal apelo seria um potente incentivo para a constituição de comités de organização da greve a todos os níveis, para a sua centralização, e é mais do que provável que, em tal situação, o governo fosse obrigado a recuar.

Essa é a razão por que os militantes da TCI que constroem o Partido Operário Independente Democrático são parte integrante, com militantes e trabalhadores de todas as tendências, do apelo lançado a 4 de Fevereiro de 2020 por 115 militantes operários de todas as sensibilidades que dizem:



Linha 9 do metropolitano

“Os trabalhadores mostraram a sua firme determinação. Nada está decidido. Para ganhar, porém, é preciso passar a outra etapa. Dirigimo-nos, portanto, aos dirigentes das confederações e organizações sindicais CGT, CGT-FO, FSU e Solidaires: vocês tomaram, e bem, a responsabilidade de apelar às greves e manifestações pela retirada da reforma a partir de 5 de Dezembro; face à obstinação deste governo anti-operário, cabe-vos agora apelar aos trabalhadores para entrarem, unitariamente, em greve geral, bloqueando, portanto, o país e parando a economia antes da votação definitiva da lei, de modo a impor a retirada. Macron tem de ceder!” Nesta base, estes militantes estão a convocar um quinto encontro nacional de delegados destes comités unitários para 28 de Março. Com este apelo, a questão não está em “denunciar os dirigentes”. A massa dos trabalhadores, se bem que não entenda as razões por que os dirigentes se recusam a apelar à greve geral, não deixa, contudo, de tomar em conta que eles se mantêm na linha de exigir a retirada do projecto de lei. Foi por essa razão que muitos trabalhadores e militantes começaram a assinar este apelo, dizendo aos dirigentes: *“você assumiram as vossas responsabilidades no dia 5 de Dezembro, apelando à greve num primeiro momento; cabe-vos agora tomar a responsabilidade de apelar à greve geral”*.

Mas qual é a razão por que, “na cúpula”, não se apela à greve geral?

É evidente que por trás da resistência dos dirigentes a apelação à greve geral há considerandos políticos. Toda a gente sabe que uma greve geral é uma greve política. Levantando a classe operária, “classe contra classe”, contra a classe exploradora, o seu governo e o seu Estado, a greve geral porá a questão do poder.

Em França, nas últimas eleições presidenciais de 2017, chegou-se, na segunda volta, a um face-a-face entre Marine Le Pen (representante da extrema-direita) e Macron. Dada esta situação, há responsáveis de organizações operárias que têm recorrido ao seguinte argumento: não podemos entrar em greve geral, porque, nesse caso, é grande o risco de derrubar o governo e, se ele cair, fica a porta aberta para Marine Le Pen. Recorre-se a este argumento como uma espécie de chantagem, de ameaça aos militantes e trabalhadores que consideram que é preciso enveredar pela greve geral.

Há, no entanto, muitos trabalhadores e militantes que rejeitam este argumento, pois compreendem perfeitamente que os trabalhadores, em aceitando esta chantagem, ficariam condenados a sujeitarem-se para sempre à lei da classe capitalista, aplicada por governos pouco importa se de direita ou de “esquerda”, como tem

acontecido há décadas no nosso país.

Mas qual é a resposta dos militantes da IVª Internacional ao argumento de que “fazer cair Macron traria pior do que Macron, a extrema-direita e Le Pen”?

Rejeitam o argumento, porque sabem que, se as circunstâncias precipitassem a queda de Macron, então a questão do poder, efectivamente, ficava colocada. Podendo, porém, encontrar outra resposta além da alternativa entre a “peste e a cólera”, parafraseando o título do nosso semanário *La Tribune des travailleurs* da véspera

da segunda volta das eleições presidenciais de Maio de 2017 (entre Macron e Le Pen).

A questão do poder poderia, especificamente, encontrar a resposta de que é mais do que tempo de pôr termo ao regime antidemocrático da Vª República. De que é o momento de apelar à eleição de uma Assembleia Constituinte soberana, através da qual o povo possa definir por si só o conteúdo e as formas da democracia. No que nos diz respeito, como militantes trotskistas que estamos construindo o Partido Operário Independente Democrático, a eleição de uma Assembleia Constituinte poria na ordem do dia a luta por um governo operário, por um governo que tomasse as medidas de urgência de que a classe operária necessita na situação actual.

Coloca-se o problema de saber que partido há-de defender esta perspectiva política

É claro que abrir esta perspectiva põe o problema do partido operário. Os militantes trotskistas são parte integrante da construção do Partido Operário Independente Democrático. Acontece que, em

poucos dias (em 15 de Março), haverá eleições municipais. O Partido Operário Independente Democrático irá apresentar, ou apoiar, listas a estas eleições em dezenas de municípios do nosso país. Não serão listas do POID sozinho. São listas

operárias unitárias apoiadas pelo POID, integradas por milhares de trabalhadores e militantes de todas as tendências ao lado de militantes do POID. Merece menção que, em alguns casos, localmente, se viabilizaram inclusive acordos entre comités do POID e,

aqui, uma secção local do Partido Comunista, ali, um grupo da *França Insubmissa*, noutros sítios ainda, militantes originários do Partido Socialista.

O que vamos dizer nestas eleições é que nós, ao apresentarmos, queremos, como todos os trabalhadores, pôr fim a Macron, ao seu governo e à sua reforma das aposentações e a toda a sua política anti-operária. Como são eleições para eleger as vereações dos 36.000 municípios existentes em França (que são ainda a herança democrática da revolução francesa de 1789), diremos que os trabalhadores precisam de vereadores que defendam os seus interesses e reivindicações sejam quais forem as circunstâncias. Que não aceitem, conseqüentemente, ser correias de transmissão da política do governo. Ora, através do estrangulamento financeiro dos municípios, o governo Macron exerce considerável pressão para obrigar as autarquias (de todas as conotações políticas) a aceitar a austeridade orçamental, que nada mais é do que a transposição das directivas da Comissão Europeia.

Não se pode fugir à conclusão de que, salvo raras excepções, as maiorias autárquicas, de “esquerda” como de direita, nas grandes cidades, têm aceiteado este quadro de austeridade, acabando a privatizar os serviços públicos, despedir pessoal municipal, aumentar as taxas dos serviços municipais, etc. É esse, nomeadamente, o caso de Paris, cidade dirigida conjuntamente pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista e pelos ecologistas. Mas não é menos o caso em muitas outras cidades geridas por todas as formações de “esquerda” (incluindo a *França Insubmissa*). É contra esta política que temos avançado com a proposta de listas operárias unitárias, que sustentam que não serão correias de transmissão das exigências austeritárias do governo e actuarão como baluartes da defesa das necessidades da população.

Vejo que nem sequer falaste dos coletes amarelos. Eles desapareceram?

Não, mas assim que a classe operária irrompeu na situação, com as suas organizações, eles passaram a ocupar um lugar muito marginal. Houve alguns que seguiram as manifestações operárias, e só podemos ficar contentes com isso. Houve outros que desapareceram, outros que tomaram uma posição muito hostil ao movimento operário (com uma retórica anti-sindical que Macron não desdenharia). No fundo, não admira: como o temos dito desde o princípio, desde Novembro de 2018, os movimentos dos coletes amarelos reflectem a cólera contra a política do governo e, mais geralmente, contra o colapso social. É uma cólera que tem, contudo, muitas motivações, tratando-se, como se trata, de um movimento não proletário tanto pela composição como pelas palavras de ordem. Desde o momento em que a classe operária entra em cena com as suas organizações no terreno da luta de classes, dá-se uma selecção entre coletes amarelos que vão atrás dos trabalhadores e coletes >>>



Número 221 (8 de Janeiro de 2019)

● ANÁLISE

>>> amarelos que se põem do lado da reacção.

Os coletes amarelos nunca foram um problema em si. O verdadeiro problema com que os trabalhadores se debatem é o problema das correntes políticas (cripto-estalinistas, pablistas e a CCI revisionista e liquidacionista) que já há muito tempo perderam a confiança na capacidade da classe operária para virar o curso dos acontecimentos. Quiseram, idealizando os coletes amarelos, encontrar-lhe um sucedâneo. Essas correntes exigiram, durante meses a fio, que o movimento operário, especialmente as organizações sindicais, se subordinassem aos coletes amarelos. Pela nossa parte, dissemos que a condição para as organizações operárias poderem desempenhar o seu papel de instrumento ao serviço dos trabalhadores é a de preservarem a sua independência do Estado, do governo, do patronato e de qualquer grupo externo ao movimento operário, sejam os coletes amarelos ou outros quaisquer.

O jornal *La Tribune des travailleurs* foi muito citado. Que papel desempenhou?

La Tribune des travailleurs desempenha naturalmente um papel de maior naquela situação. *La Tribune des travailleurs*, que tem menos de cinco anos de existência, tem experimentado uma progressão espectacular. Como escrevia o secretariado nacional do POID em 22 de Fevereiro de 2020: “Entre 2018 e 2019, o número de jornais pagos à administração de *La Tribune des travailleurs* (assinaturas+venda individual) aumentou 47.736 exemplares, ou 18,4%”.

Além disso, nesta fase da luta de classes, tentámos uma experiência que foi extremamente bem acolhida pelos leitores. Durante três semanas, publicámos, além de *La Tribune des travailleurs* semanária, uma *La Tribune des travailleurs* diária, distribuída por correio electrónico a todos os nossos assinantes que o tivessem pe-

didado. E foram mais de 3.000. Foi também a ocasião para cerca de 500 leitores (muitos dos quais não eram membros do POID) se proporem para correspondentes de *La Tribune des travailleurs*. Já se vê que o jornal tem um lugar que ultrapassa largamente o do POID. É cada vez mais visto por um número muito grande de trabalhadores e militantes como órgão de ligação entre todos os trabalhadores que estão lutando, um órgão de intercâmbio, de informação, de discussão, de tribuna livre, o que, no mais, fez com que nós propuséssemos dar carácter permanente nas colunas de *La Tribune des travailleurs* à rubrica dos nossos correspondentes, sejam quais forem os temas focados.

Em finais de Janeiro, nesta situação, a TCI organizou uma conferência marxista sobre “como pôr termo à dupla opressão das mulheres?” Não estava um tanto deslocada da situação?

Bem pelo contrário! Aliás, a TCI organiza todos os meses, na região de Paris, este tipo de conferências marxistas. Desta vez, participaram mais de 180 trabalhadores e jovens, muitas mulheres trabalhadoras. Deslocada da situação? Pelo contrário, directamente relacionada com a situação, pois um dos aspectos da reforma das aposentações do governo é bater ainda com mais força nas camadas mais vulneráveis. Oficialmente, a reforma de Macron é apresentada como uma reforma em que seriam as mulheres quem mais ficaria a ganhar. A verdade, e temos feito essa demonstração em *La Tribune des travailleurs* semana a semana, é que seriam as mulheres quem mais ficaria a perder com esta contra-reforma, que reverteria num tal grau de precariedade financeira e dependência financeira, que iria comprometer muito largamente as possibilidades de independência e, portanto, por exemplo, o direito

ao divórcio ou a possibilidade de viver dignamente o último período da vida, depois do desaparecimento do companheiro. Assim, havia uma relação estreita entre estas questões e foi por isso que a conferência foi tão bem sucedida.

A França irá acolher a conferência mundial contra a guerra e a exploração, em 5 e 6 de Novembro de 2020, convocada por 407 militantes de 52 países. Como se prepara?

Nesta batalha política, põem-se a discutir esta proposta de conferência operária internacional militantes operários que não são do POID, alguns deles não partilham todas as nossas posições. Alguns começaram a inscrever-se para apoiá-la financeiramente. Na ofensiva do governo em matéria de aposentações, há uma vontade evidente de pôr em causa a independência das organizações operárias, e esta questão da independência de classe das organizações é evidentemente uma questão que se põe em todos os países. A política de Macron, de guerra contra os trabalhadores e os jovens, vai a par do comprometimento crescente deste governo em intervenções imperialistas. Ainda na semana passada, Macron enviou 600 soldados suplementares para a operação Barkhane no Sahel, passando o total de soldados franceses para 5.100. Macron apoia as ameaças de Trump contra o Irão. Tenta sem descanso dar uma ajuda sub-reptícia ao regime argelino contra as massas argelinas que exigem que o “regime vá para a rua”. A luta contra a guerra e a luta contra a exploração e pela independência do movimento operário estão, portanto, ligadas. É nesta linha que estamos preparando a conferência, e estamos convencidos de que ela irá chamar a atenção de muitos trabalhadores, jovens e militantes. ●

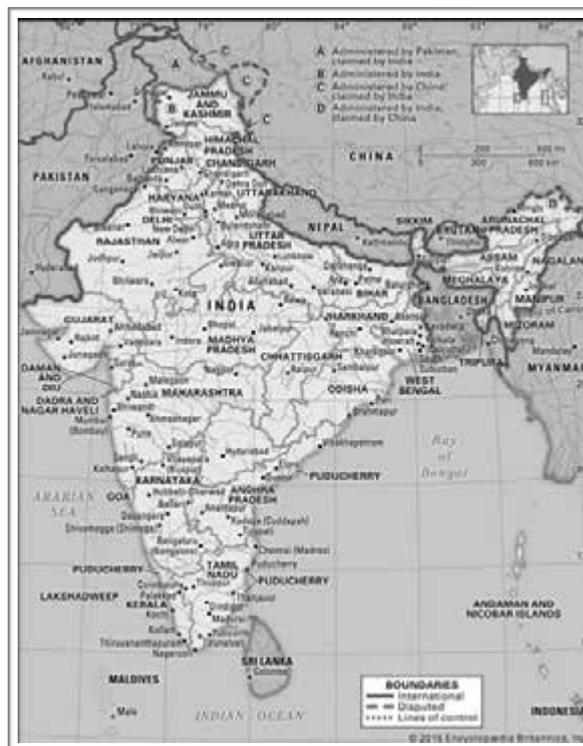
Entrevista feita no dia 6 de Fevereiro de 2020

Índia

O Alcance do Imenso Movimento de Rejeição de Modi e da sua Política

Por François Forgeue

No dia 2 de Janeiro de 2020, num território que conta um pouco menos de trinta e cinco milhões de habitantes, sete milhões dentre eles juntaram-se para proclamar a sua vontade de defender a igualdade de direitos de todos os cidadãos e recusar toda a discriminação a pretexto de prática de uma religião. Formaram uma cadeia humana de seiscentos e cinquenta quilómetros de comprimento.



mesmos direitos a todos os seus cidadãos. Não resta dúvida de que o que sucede no Kerala foi facilitado pelas autoridades do Estado. O Kerala é, na verdade, o último Estado indiano que é governado por uma coligação chefiada por um dos partidos comunistas existentes na Índia⁽³⁾. Os dois partidos comunistas pronunciaram-se claramente contra os projectos de Modi. O factor essencial foi, porém, a rapidez e magnitude da reacção popular à tentativa de divisão do governo Modi; de como um movimento de protesto surgido inicialmente nas universidades (mais à frente disso falaremos) veio a tocar toda a população trabalhadora, chegando às camadas mais oprimidas, como as mulheres.

ONDE SE DEU ESTA GIGANTESCA MOBILIZAÇÃO pela democracia e pela unidade? No Kerala, Estado do Sul da Índia⁽¹⁾. Foi o camarada Nambiath Vasudevan, presidente da NTUI e coordenador do Comité Operário Internacional criado ao concluir-se a Conferência de Mumbai⁽²⁾, quem, numa correspondência (publicada no número 224 de *La Tribune des travailleurs*), realçou o significado desta mobilização excepcional contra a tentativa do governo Modi para remeter pela via legal para um estatuto de segunda classe os duzentos milhões de muçulmanos (portanto, 14% da



Os estudantes em mobilização no mês de Dezembro

população indiana, que monta a 1.300 milhões de pessoas). No Kerala, como em toda a Índia, são milhões os homens, mulheres, operários, camponeses, intelectuais, jovens, de todas as confissões ou não reivindicando nenhuma religião, que se concentram para afirmar o seu apego a uma Índia unida e fraterna, que garanta os

Assim, há várias semanas que, em Delhi, centenas de mulheres do bairro de ShaheenBagh (bairro popular cuja população é maioritariamente muçulmana) ocupam um cruzamento que controla uma das principais autoestradas de acesso à cidade. Ao grupo inicial juntaram-se mulheres de todas as confissões e saídos dos mais diversos meios. A ini-

>>>

● ANÁLISE

>>> ciativa delas deu azo a uma série de manifestações de mulheres nas maiores cidades do país.

Igualdade de direitos de todos os cidadãos supõe igualmente igualdade jurídica efectiva dos homens e das mulheres perante a lei, igualdade no domínio do trabalho (“a trabalho igual, salário igual”): a luta das mulheres pelos seus direitos enquadra-se especialmente na rejeição das medidas reaccionárias do governo Modi.

No dia 28 de Janeiro, o camarada Vasudevan esteve em ShaheenBagh. Dirigindo-se à concentração de mulheres, declarou:

“Sou um sindicalista de Mumbai. Estou aqui para vos assegurar a nossa solidariedade, o nosso apoio a esta concentração, que já vai em mais de quarenta dias. Vocês elevam-se contra as modificações que o governo do BJP quer impor, contrárias à Constituição da Índia. Vocês marcam presença aqui noite e dia. Não preciso, pois, de vos explicar o que está em jogo. Têm perfeitamente consciência disso.

Quero-vos dizer que foram milhares os cidadãos — entre eles, trabalhadores — que se juntaram nas manifestações de protesto de 19 e 27 de Dezembro em Mumbai. No passado dia 24 de Janeiro, mais de seis milhões de pessoas formaram uma cadeia humana no Kerala e leram em voz alta o preâmbulo da Constituição indiana, de base secular⁽⁴⁾. A decisão de modificar a lei sobre cidadania é contrária aos interesses de todos nós, independentemente da religião que cada um siga. O governo central empreendeu esta acção a fim de desviar a atenção da população dos problemas centrais que nos afectam, nomeadamente os do desemprego e da pobreza.

Em Mumbai, os trabalhadores e os sindicatos decidiram levar a cabo uma campanha de panfletos e manifestações. Estamos cientes de que a campanha não se limita a um sector. Abrange todas as partes do país. A acção colectiva do nosso povo vencerá. O governo será forçado a recuar.”

É aos milhões que trabalhadores

Na artéria ShaheenBagh em Delhi, 26 de Janeiro de 2020



e jovens se têm levantado em todo este imenso país-continente. O movimento não parou; pelo contrário, amplia-se. Na sua mensagem às mulheres de ShaheenBagh, Vasudevan refere as manifestações que ocorrem em Mumbai, um dos principais centros industriais do país, juntamente com Calcutá e Delhi. Em Calcutá (Kolkata), capital do Bengala, as manifestações foram imensas. Também aí, com o apoio do governo do Estado, de uma ala dissidente do Partido do Congresso. Ao contrário da situação que se regista no Kerala, o actual chefe de governo daquele Estado construiu a sua reputação pondo-se à cabeça do movimento que arrancou o Bengala Ocidental ao controlo do Partido Comunista⁽⁵⁾. Entretanto, o governo do Bengala Ocidental, renegando as promessas feitas ao chegar ao poder, tem multiplicado os ataques às organizações sindicais e aos direitos operários. Não obstante, tal como o Partido do Congresso — de que é uma ala em dissidência —, tem condenado a política “hinduista” de Modi. Isto não é, repita-se, o essencial: essencial é a mobilização popular, que se vai servindo das diferentes alavancas disponíveis.

Delhi, Mumbai, Calcutá e dezenas de outras cidades, como Bangalore, Hyderabad, Chennai, têm sido teatro de poderosas manifestações. No Estado de Uttar Pradesh, um dos mais povoados da Índia (duzentos milhões de habitantes), onde o governo está nas mãos do BJP, caiu sobre as manifestações violenta repressão policial. O que não as impediu de se desenvolverem e serem das maiores

do país.

O povo indiano levantou-se em toda a parte em defesa dos seus direitos, da igualdade de direitos de todos os cidadãos contra as leis discriminatórias promulgadas pelo governo Modi. Em que consistem exactamente estas leis?

Um estudante indiano (veja-se nº 221 de *La Tribune des travailleurs*, de 8 de Janeiro de 2020) explica assim: *“Adoptaram-se no Parlamento indiano duas medidas: a emenda da lei da cidadania (CAA) — que modifica a lei de 1955 — e o registo nacional de cidadãos (NRC). O CAA facilita o acesso a nacionalidade indiana a todo o indivíduo que tenha entrado na Índia desde Dezembro de 2014, vítima de perseguição religiosa, mas esclarecendo que só abrange hindus, siques, jains, budistas e cristãos... mas não muçulmanos. O NRC está feito para identificar os imigrantes ilegais, de modo a poder expulsá-los para os países de origem. Porém, para provar a nacionalidade indiana, é preciso apresentar documentos administrativos difíceis de reunir para muita gente que, por variadas razões, tenha mudado de região. Olhando para o NRC e o CAA como conjunto, afigura-se claramente que as duas medidas estão ligadas. Quem não puder fazer prova da sua nacionalidade indiana será passível de detenção, seja qual for a sua religião. Isto visa particularmente os muçulmanos, que poderão ser vítimas de detenções ou processos arbitrários. É uma clara medida discriminatória, violando o artigo 14º da Constituição da Índia, que preceitua*

que “o Estado não pode privar ninguém de igualdade perante a lei e da mesma protecção legal em todo o território da Índia”.”

Para perceber em todo o seu alcance os acontecimentos da actualidade, é necessário recuar às condições em que a República da Índia se constituiu, quando o imperialismo britânico se viu obrigado a desistir da dominação directa que exercera sobre o que então constituía o “Império da Índia”. O imperialismo prendeu o reconhecimento a que viu obrigado pelo movimento revolucionário das massas indianas à exigência de partição da Índia segundo critérios religiosos. A partição, que provocou o maior êxodo da história e custou a vida a um milhão de indianos, desaguou na constituição de dois Estados: o Paquistão e a República da Índia. A justificação dada era de reunir os muçulmanos do sub-continente num Estado. Bem sucedida no ponto de vista do imperialismo, permitindo-lhe jogar com dois Estados rivais, a partição foi um fracasso relativamente ao que foi o seu pretexto: há hoje duzentos milhões de muçulmanos na Índia, contando-se maioritariamente entre as camadas mais pobres do país.

Ainda que, formalmente, a Constituição da Índia negue uma posição dominante aos praticantes de uma religião em detrimento dos de outras confissões, a Índia não deixa de se ter constituído como Estado independente no âmbito da partição. Daí por diante, a burguesia indiana, fossem quais fossem os governos que a representassem, jogou constantemente com as divisões religiosas e manteve o sistema de castas. A população muçulmana tem, deste modo, sofrido, desde a independência da Índia, uma série de medidas discriminatórias.

Modi e o seu partido, o BJP, saíram do “movimento hinduísta”, portanto de uma corrente política que rejeitava o pluralismo e a tolerância religiosa, considerando que era verdadeiro “Indiano” quem praticava a religião hindu. Em 2014, nas eleições gerais, o partido de Modi venceu graças ao apoio de

sectores essenciais da burguesia indiana, que o mandaram para levar a efeito uma política de abertura ao capital estrangeiro, de assalto às leis laborais e, portanto, de agravamento da situação dos trabalhadores indianos. Esta política teve o apoio das grandes potências imperialistas, tanto mais que fazia da Índia o principal aliado dos Estados Unidos na Ásia, no propósito de isolar a China. A arma da divisão, alicerçada nas diferenças religiosas, culturas, étnicas, era um meio privilegiado para o governo Modi poder alcançar os seus intuitos anti-operários. Deu-se, assim, uma conjugação de interesses entre sectores essenciais da burguesia e a ideologia hinduísta do BJP, o partido de Modi. No entanto, há hoje na burguesia internacional preocupação com o que está sucedendo. O semanário britânico *The Economist*, cuja reputação de conservadorismo extremo está bem estabelecida e se congratulara com a vitória de Modi, preocupa-se hoje: “*Narendra Modi e o BJP estão criando divisões que fazem perigar a maior democracia do mundo.*”

The Economist observa que, há alguns anos, Modi soubera dar provas de flexibilidade, não levando até ao fim a sua vontade de acabar com a totalidade das leis laborais que incluem disposições favoráveis à classe operária e pretendendo chegar aos seus fins por etapas. Mas, se Modi ia manobrando, era precisamente por medo da reacção dos trabalhadores. Isso só podia empurrá-lo para encontrar maneiras de enfraquecer a resistência operária. Impunha-se recorrer à divisão de base religiosa ou étnica, combinada com uma política agressiva para com o Paquistão, o “Estado muçulmano”. Não é por acaso que, quando — em consequência da situação mundial da economia capitalista — a economia indiana conhece graves dificuldades, o governo Modi retirou a nacionalidade indiana a milhões de habitantes do Estado de Assam, vindos do Bangladeche e, na maioria, muçulmanos, revogando, de passagem, o

estatuto especial do Estado da Caxemira, cuja população é maioritariamente muçulmana⁽⁵⁾.

A emenda ao estatuto da cidadania vem prolongar estas medidas, aprofundando o ataque do governo Modi à minoria muçulmana.

Modi viu-se, então, confrontado com uma poderosa resistência popular, que dá toda a sensação de não ter previsto. “*Ele não esperava que a população saísse para a rua*”, diz-nos um correspondente indiano. A resistência iniciou-se entre os que se sentiam directamente ameaçados, nas universidades de maioria muçulmana, deparando, nessa altura, com uma repressão violenta e sangrenta, que procurou isolá-la. Foi nessa altura que o movimento, longe de parar, cresceu, arrastando consigo, numa primeira etapa, os estudantes dos principais centros universitários da Índia, nomeadamente em Delhi, onde fica a JNU (Jawaharlal Nehru University).

As manifestações iam gradualmente ganhando intensidade, e a sua composição ia mudando. Os trabalhadores, particularmente os jovens, tendiam a juntar-se-lhes. Nos Estados em que o BJP não era maioritário, a oposição a Modi apoderava-se da causa. Ao fim de mais de um mês, derramava-se por toda a Índia uma vaga ininterrupta de manifestações.

Como salienta o boletim *Spark*⁽⁶⁾, “*no início do movimento, a classe operária não se envolveu em massa. Os dirigentes das grandes organizações sindicais não desempenharam o papel que deviam desempenhar*”. Por outras palavras, os dirigentes das organizações sindicais, na altura ocupadas na preparação de uma greve geral de vinte e quatro horas contra a ofensiva anti-operária e anti-sindical do governo Modi, tentavam separar as reivindicações estritamente operárias das reivindicações democráticas que haviam presidido ao arranque do movimento.

Não era uma posição unânime. Por exemplo, no seu apelo à greve de 8 de Janeiro de 2020, o NTUI,

● ANÁLISE

>>>



“Muçulmanos e hinduístas são irmãos (Bhai-Bhai), CAA e NRC bye bye”. Ao centro, o retrato do militante marxista indiano Baghat Singh, enforcado pelos colonos britânicos em 1831.

depois de recordar que os últimos seis meses tinham sido assinalados por uma intensificação do ataque contra os direitos dos trabalhadores, dizia: “O governo do BJP declarou sem ambiguidade que era um governo ao serviço das grandes empresas e dos ricos. A sua política e os seus actos contribuíram para o declínio estrutural da economia. O sector agrário está na miséria, enquanto a indústria é afectada por um abrandamento forte da produção, encerramentos de empresas e despedimentos em massa.

(...) O governo do BJP tenta dividir o povo trabalhador (...). As medidas de divisão visam criar um clima de ódio para com as minorias e os trabalhadores migrantes.

(...) Nós estamos de acordo com todas as centrais sindicais em exigir um salário mínimo de 21.000 rupias por mês, indexado ao custo de vida, a regularização e garantia de emprego para todos, igualdade de salários entre homens e mulheres.

Resistamos ao assalto às leis laborais! Revogação da emenda à lei de cidadania!

Defendamos os nossos direitos!
Todos em greve a 8 de Janeiro!”

Se há, contudo, uma classe social que necessita, para a sua luta,

das liberdades democráticas, essa classe é a classe operária e, com ela, os seus aliados naturais, os explorados e oprimidos. Esta observação não pretende de modo nenhum subestimar a importância da rejeição de Modi por outras camadas sociais, incluindo fracções da burguesia nacional, mas sim realçar que a única força capaz de levar até ao fim a luta pela defesa das liberdades é a classe operária, que não tem nenhum vínculo e nenhuma vantagem a tirar seja de que forma de discriminação for. À medida que o movimento se desenvolvia, aprofundava-se também a radicalização. Assim, durante as mobilizações estudantis em Delhi, um cântico paquistanês a denunciar a instauração de uma ditadura militar no Paquistão foi retomado por estudantes como cântico dirigido contra Modi. Alguns universitários objectaram, por ser um cântico hostil à “comunidade indiana”. Os estudantes responderam: “Não, é um cântico contra a ditadura.” E o cântico impôs-se em muitos cortejos estudantis.

Entretanto, como observámos, trabalhadores — entre eles, muitos jovens — vinham engrossar o movimento.

Neste contexto se deu a greve geral de 8 de Janeiro. Para além da própria potência da mobilização operária na greve, paralisando sec-

tores vitais da economia do país, a particularidade deste 8 de Janeiro de 2020 foi a realização, na rua, da junção entre as reivindicações operárias e a rejeição das leis anti-democráticas de Modi. Aos milhões e milhões, em todas as grandes cidades do país, de Delhi a Mumbai, de Calcutá a Chennai, operários, camponeses, estudantes e mulheres trabalhadoras desfilaram juntos contra a política de Modi.

Em declaração política publicada na noite de 8 de Janeiro, Gautam Mody, secretário-geral do NTUI, declarou:

“A greve geral de hoje — 8 de Janeiro —, de amplitude nacional, foi inédita: reuniu dezenas de milhões, não somente de trabalhadores, mas também de camponeses, estudantes, desempregados, jovens e velhos, locais e imigrantes, vindos de todos os horizontes, praticantes de diferentes religiões ou de nenhuma, representantes de todas as comunidades e castas e falantes de todas as línguas da nossa República em todos os Estados do país. (...)”

É indiscutível: o país falou, a uma só voz, sem o mínimo equívoco; levantou-se contra o governo do Bharatiya Janata Party (BJP). Os trabalhadores deste país, a juventude, não permitirão a baixa do salário mínimo, nem que se trabalhe mais tempo, nem que se saqueie a segurança social. (...) Não deixaremos atentar contra a nossa liberdade de organização e bater-nos-emos para garantir o direito de formar e aderir ao sindicato da própria escolha. (...) Dissemos, porém, mais do que isto: dissemos que, enquanto povo, recusamos que nos dividam segundo a religião, comunidade, casta, crença, língua, sexo; que rejeitamos o fanatismo e o ódio. (...) Defenderemos o que arrancámos na nossa luta pela independência e durante as sete últimas décadas; resistiremos às leis CAA, NRC, NPR (portanto as leis discriminatórias dos muçulmanos — NdR). Continuaremos a lutar contra a lei que limita as

liberdades democráticas e as outras leis de excepção.”

É facto assente: é contra o governo de Modi, o governo do BJP, que o povo trabalhador se mobiliza. O boletim *Spark* resume assim os desenvolvimentos que abalam toda a Índia desde o passado mês de Dezembro: “*As manifestações, as maiores na Índia desde a proclamação do estado de emergência*”(7), *representam o primeiro desafio sério ao governo de Modi e às suas pretensões “democráticas” desde que chegou ao poder em Maio de 2014. O que dá aos protestos todo o seu significado é o elas se centrarem na ameaça do governo de Modi que visa os direitos fundamentais de todos o cidadãos indianos, tal como a Constituição os garante.”*

O profundo abalo que a Índia actualmente conhece tem conteúdo político evidente. Enuncia a questão de pôr termo ao governo Modi e, portanto, do que se haja de pôr no seu lugar. Mais, volta a enunciar as questões mais fundamentais relacionadas com as condições em que a Índia acedeu à independência: a questão da partição e das suas consequências duradouras, a questão das relações entre todos os povos do sub-continente. O ter-se entoado um cântico paquistanês nas primeiras grandes manifestações estudantis é, neste ponto de vista, importantíssimo.

As diferentes componentes do povo indiano que se mobilizaram contra as leis discriminatórias do governo Modi encontraram-se todas na greve e nas manifestações de 8 de Janeiro, cujo quadro foi marcado pelas organizações sindicais.

O movimento operário não é só parte integrante da luta pela defesa da democracia. É, reiteramo-lo, a única força capaz de levar até ao fim a luta pelas liberdades. Por isso, como o escrevia ainda o boletim *Spark*, o que sucedeu no dia 8 de Janeiro é um primeiro passo. “*A responsabilidade do movimento operário é de estar na vanguarda*

da luta contra o governo anti-democrático e anti-operário de Modi.”

Isso confere extrema importância à iniciativa tomada em Mumbai pelo TUSC (Comité de Solidariedade Sindical)(8) de constituir uma aliança operária contra as leis antidiscriminatórias de Modi.

No apelo à formação deste agrupamento, intitulado “*Continuaremos a ser cidadãos do nosso próprio país*”, explica-se claramente porque é que as disposições incluídas nas novas leis, que pedem prova de que se é cidadão indiano, irão atingir em primeiro lugar os mais pobres, os trabalhadores, operários e camponeses. Por isso o apelo se conclui assim: “*O governo central envereda por nesta via quando as condições económicas se deterioram, o desemprego cresce rapidamente, os preços experimentam uma alta permanente, os camponeses se suicidam. Os empregos regulares vêem-se ameaçados pela privatização do sector público, que transfere a propriedade das firmas pertencentes ao governo para grandes capitalistas estrangeiros e indianos. Nisto, o governo ataca todas as leis que, como resultado da acção das gerações passadas da classe operária, contêm disposições favoráveis aos trabalhadores.*

Assim, camaradas, é preciso lutar. Mobilizemo-nos com as nossas famílias contra o governo central, que está tentando destruir as nossas vidas.”

A mobilização em curso vai de novo buscar todos os problemas que ficaram por resolver quando da independência em 1947. Ficaram por resolver a questão da terra, a existência de castas e, consequentemente, a própria realização da democracia política. A Índia fraterna que trate em pé de igualdade todas as suas componentes, a promessa do Partido do Congresso, nunca foi realizada. As aspirações democráticas que hoje se articulam com força não se podem cumprir

plenamente com base no sistema capitalista e na dominação imperialista que ele mantém. ●

10 de Fevereiro de 2020

1 - A Índia é uma República federal composta por vinte e nove Estados cujas legislaturas e governos dispõem de amplos poderes.

2 - A Conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário realizou-se em Mumbai em Dezembro de 2016. O movimento sindical está, na Índia, dividido segundo as filiações ou influências políticas. As grandes centrais estão ligadas a um ou outro partido político. Existem muitas organizações “independentes” que não estão filiadas em nenhuma das centrais. A NTUI (National Trade Union Initiative) agrupa organizações deste tipo à escala nacional, pronunciando-se pela unidade sindical.

3 - Existem na Índia dois partidos comunistas: o Partido Comunista da Índia (PCI) e o Partido Comunista-Marxista, ambos saídos do partido subordinado à burocracia do Kremlin, separados quando da guerra sino-indiana de 1962.

4 - O “secularismo” de que a Constituição indiana se reclama significa que o Estado não dá proeminência a nenhuma das religiões praticadas no país.

5 - Quando da partição, Caxemira foi atribuída à Índia sem consulta da população. O governo indiano sempre assegurou que essa consulta se faria, adiando-a constantemente. Por isso Caxemira dispunha de um estatuto especial (veja-se o artigo saído no nº 16 d’A Internacional).

6 - *Spark* (“centelha”) é o boletim publicado pelos camaradas indianos ligados ao CORQI.

7 - Em 1975, o governo de Indira Gandhi proclamou o estado de emergência, que dava poderes discricionários ao governo central e suspendia as liberdades públicas. A decisão deu azo a um imenso movimento de protesto.

8 - O Trade Union Solidarity Committee foi constituído em Mumbai há anos, agrupando sindicalistas de toas as tendências que consideram necessário lutar pela independência das organizações sindicais em relação ao Estado, aos governos e, por conseguinte, aos partidos políticos.

● ANÁLISE

Estados Unidos

A Classe Operária dos Estados Unidos e as Eleições Presidenciais de Novembro de 2020

Por Alan Benjamin

QUANDO escrevemos estas linhas, estão para começar as primárias de 2020 do Partido Democrata, numa situação política que o *New York Times* de 27 de Janeiro caracterizava assim: “*dia após dia, derrama-se de Washington uma nova vaga da enxurrada de caos*”.

O pano de fundo deste caos é o crescendo da resistência dos trabalhadores e da juventude americanos à guerra de classe contra eles desfechada pelas duas alas do partido dos patrões — os Democratas e os Republicanos. Trump e as suas políticas têm estado no ponto de mira da sua cólera, mas tão-pouco os Democratas têm sido poupados, cúmplices como têm sido do assalto às conquistas e direitos operários e democráticos, ou seja, da agenda de guerra permanente, interna e externa, do imperialismo americano.

Na arena directa da luta de classes, um movimento operário em ressurgimento tem mantido e alargado a vaga de greves iniciada em 2018. Quando se escrevem estas linhas, 8.000 trabalhadores hospitalares do grupo Swedish Medical Centre, de Seattle, representados pelo SEIU 1199NW, paralisavam o trabalho, começando uma greve de três dias após nove meses de negociações infrutíferas. Opõem-se aos cortes impostos pela administração,



Greve dos professores em Chicago (Outubro de 2019)

com impacto negativo quer nos trabalhadores quer nos doentes.

Foi o pessoal docente dos “Estados vermelhos [Republicanos]” da Virgínia Ocidental, do Oklahoma e do Arizona — reatando com o espírito de resistência do Sindicato dos Professores de Chicago de 2012 — que deram o pontapé de saída, apoderando-se da greve como instrumento de luta por melhor emprego e melhores condições de trabalho, mas também pela melhoria do ensino público ministrado aos seus estudantes. Por todo o país, mesmo nas mais pequenas e recônditas povoações, centenas de milhares de professores e pais têm-se juntado em comícios sob a égide de “Red for Ed”, opondo-se à privatização do ensino promovida pelos dois partidos da classe dominante.

Seguindo o exemplo dos Estados vermelhos, os professores dos “Estados azuis [democratas]”

reataram igualmente com a greve e a sindicalização. Começou pelos professores sindicalizados de Los Angeles, continuou com os de Oakland, Denver, Baltimore e, outra vez, de Chicago — para só citar algumas das cidades principais. Em cada caso, os professores em greve confrontaram-se com autarcas e legislaturas do Partido Democrático responsáveis pelo recurso às “escolas licenciadas” (*charter schools*) e “vales escolares” (*vouchers*) para dismantlar o ensino público. Na maioria dos casos, os professores conseguiram melhorar significativamente os seus contratos, consagrando disposições favoráveis ao “bem comum” — redigidas em termos contrários às escolas licenciadas e pedindo habitação para os professores e apoios aos estudantes sem tecto.

A vaga de greve dos professores animou, por sua vez, outros trabalhadores a associarem-se à

resistência, com os seus sindicatos. Maquinistas dos caminhos de ferro fizeram greve durante dois meses e repeliram uma tentativa de impor um sistema salarial a duas velocidades. Os trabalhadores das comunicações de todo o Sudeste fizeram a maior greve na região da última década, obtendo aumentos de salários e repelindo exigências de cortes na saúde e nas aposentações. Os trabalhadores da General Motors mantiveram-se firmes na mais longa greve nacional das últimas décadas nos Estados Unidos, conseguindo alguns ganhos modestos. Os trabalhadores em saúde mental da Kaiser organizaram greves de um dia e conseguiram financiamento para postos cuja extinção estava na calha. Globalmente, o número de greves e grevistas em 2019 bateu recordes dos últimos trinta anos.

O poder intrínseco da classe trabalhadora ficou igualmente patente quando Sara Nelson, presidente da Associação de Comissários de Bordo-CWA, emitiu um empolgante apelo aos dirigentes sindicais para que estes preparassem uma greve geral contra o encerramento geral dos serviços públicos por Trump por causa do bloqueio orçamental. O apelo à greve não chegaria a pôr os dirigentes à prova: o toque a rebato chegou para obrigar Trump a recuar.

Enquanto os meios de comunicação estabelecidos vaticinavam o declínio e queda do movimento operário na sequência da sentença anti-sindical do Supremo Tribunal no caso *Janus contra a AFSCME* (oficializando o regime de “direito a trabalhar” em todo o sector público)⁽¹⁾, um sector significativo do movimento sindical ergueu-se e clamou: “não arredamos pé!”.

A resistência manifestou-se, ainda, em inúmeros outros domínios. Um deles é a luta contra as guerras imperialistas dos

EUA no Médio Oriente, apoiadas por ambos os partidos. Nos dias 4 e 25 de Janeiro de 2020, dezenas de milhar de pessoas marcharam nas ruas de mais de 90 cidades americanas em protesto contra a guerra americana no Irão.

Em entrevista ao jornal *The Organizer*, Ajamu Baraka, quadro nacional da *Black Alliance for Peace* (Aliança Negra pela Paz), explicou o papel dirigente desempenhado pela BAP nos recentes protestos antiguerra à escala nacional. Passou depois a descrever a agenda de guerra permanente que tem tido como alvo o povo negro, declarando, nomeadamente:

“A guerra imperialista desencadeada contra a classe trabalhadora e o povo negro — e contra a classe operária de um modo geral — nos Estados Unidos implica reprimir qualquer força que se oponha a essa agenda. É isso que está por trás da repressão crescente do Estado contra, nomeadamente, a classe trabalhadora negra e de cor.

Para nós, a questão da luta contra a guerra é uma questão de opressão nacional, ao mesmo título, naturalmente, que de classe. Aos nossos amigos e colegas e ao nosso povo, dizemos: nem uma gota de sangue da classe trabalhadora e dos pobres para defender os interesses da oligarquia capitalista!” (26 de Janeiro de 2020).

A resistência traduziu-se, também, na luta pela defesa dos direitos das mulheres, mormente do direito ao aborto (nos últimos três anos houve as maiores marchas de mulheres da história dos EUA); na luta contra os assassinatos policiais de jovens negros e contra a “linha de produção escolar-prisão”; na luta pelos direitos

dos imigrantes (contra as deportações e a separação de famílias, políticas que foram generalizadas por Obama); na luta pela defesa dos direitos democráticos a todos os níveis (direito de voto, direitos dos LGBTQ); na luta contra a destruição do ambiente... e mais.

Em todas as frentes, o povo trabalhador e os oprimidos têm clamado “basta!”.



“Guerra civil” no Partido Democrático

Uma das ondas que se propagam da “enxurrada do caos” que se derrama de Washington — expressão deformada da indignação dos trabalhadores e da juventude com a deterioração das suas condições de vida e de trabalho — é o surto repentino de Bernie Sanders nas sondagens nacionais, disputando a Joe Biden a posição de favorito na corrida. Ao que se acrescenta a irrupção, que pode ser temporária, de um candidato da ala direita do Partido Democrata, antes praticamente desconhecido: Pete Buttigieg.

A direcção do Partido Democrático está fora de si. Alguns dos principais dirigentes vieram a público tocar a rebato: faça-se tudo o que for preciso para parar Sanders. Os meios de comunicação estabelecidos e os comentadores liberais estão descompostos. Fazem pontaria a Sanders, apodado de “extremista divisionista, que vai destruir o Partido Democrático”. A associação patronal *Business Roundtable* avisa que “Sanders vai dar cabo da eco-

● ANÁLISE

>>> nomia”. Artigos de imprensa falam de “guerra civil” dentro do Partido Democrata.

Sanders tem beneficiado de muita margem da direcção do Partido Democrata para levantar questões urgentes como a gratuidade do ensino superior, a anulação da dívida estudantil, um sistema de saúde universal e a imposição dos ricos. Isto porque essas questões conferem legitimidade ao Partido Democrata quando a sua base eleitoral tradicional ou tem ficado em casa nos dias de eleições, ou se passou de armas e bagagens para o Partido Republicano, assim no caso dos homens brancos de extracção operária da “Cintura da Ferrugem”. O programa de Sanders, com fumos de “New Deal”⁽²⁾, encontrou um eco muito favorável junto dos trabalhadores e da juventude, que nunca sentiram a tão publicitada “recuperação” económica.

Porém, ao ter licença para integrar a grelha de partida dos candidatos do Partido Democrático, Sanders recebeu uma pesada factura política: teve que prometer e voltar a prometer que faria campanha activa por quem quer que viesse a ser o candidato nomeado pelo Partido Democrata na sua convenção nacional de Julho de 2020 — incluindo Joe Biden, o favorito da Wall Street, ou o multimilionário Mike Bloomberg. Recentemente, quando Hillary Clinton, a candidata da Wall Street em 2016, atacou Bernie Sanders por ele não ter feito o suficiente para apoiar a sua candidatura presidencial, a resposta de Sanders foi que tinha feito “tudo o que era humanamente possível” para apoiá-la.

Sanders teve igualmente de comprometer-se a apoiar as políticas imperialistas dos EUA pelo mundo fora, a começar pelo seu apoio inabalável ao Estado de Israel e ao seu “direito à segurança” — o que ele pressurosamente tem feito. A resposta que deu ao fraudulento “Plano de Paz para a Palestina” de Trump falou da necessidade de voltar à “solução de

dois Estados” e ao “direito internacional” — que têm, uma como o outro, dado cobertura à sonegação ao povo palestino do direito à autodeterminação e ao regresso à sua terra. Foi precisamente a chamada “solução de dois Estados” que abriu caminho ao plano Trump-Netanyahu para expulsar o povo palestino da sua terra e exterminar o movimento nacional palestino. Em resposta ao assassinio unilateral do general Qassem Soleimani a mando de Trump, Sanders apelou ao Congresso para que restaurasse a sua autoridade sobre a guerra com o Irão — mais, pois, não fazendo do que legitimar uma guerra que o Congresso ratifique, como aconteceu no caso do Iraque em 2003.

Para a direcção do Partido Democrático, nunca esteve em causa permitir que Sanders se apresentasse à Convenção com uma maioria de delegados, mesmo relativa. O papel de que ele ficou incumbido foi o de reencontrar os eleitores perdidos para o Partido Democrático. Contudo, deixou de ser impossível que Sanders chegue à Convenção Democrática Nacional com mais votos do que qualquer outro; tal é a cólera em baixo e tal é a crise política da classe capitalista.

Se Sanders viesse a chegar à convenção de Julho de 2020 do Partido Democrático à cabeça do pelotão de candidatos, a Comissão Nacional Democrática (DNC) poderia arranjar uma convenção “pactuada”. Os iniciados da DNC estão já discutindo essa possibilidade.

Em que daria esse cenário? Sanders precisaria de 50% mais um voto para conseguir ser nomeado à primeira volta. Ora, isso é extremamente improvável. Assim, se Sanders ainda for à frente depois da primeira volta, os super-delegados, no essencial funcionários do Partido Democrático nomeados pela DNC, passariam a ter direito de voto numa segunda volta, enquanto os demais delega-

dos ficariam desvinculados dos candidatos por que tivessem sido eleitos, de modo a tornar possível uma nomeação “pactuada” pela DNC. Pode, evidentemente, haver variantes deste cenário, uma vez que não há precedentes.

É por isso que a classe dominante tem a postos nos bastidores Mike Bloomberg, o multimilionário e ex-presidente da câmara de Nova Iorque, para o caso de a campanha anti-Sanders não conseguir reverter o “surto de Bernie”. Bloomberg está actualmente em quarto lugar das sondagens nacionais, se bem que ainda não tenha participado em nenhum debate. Muitos são os analistas políticos que dizem que Bloomberg seria o provável nomeado, caso houvesse uma convenção “pactuada”. A mensagem que se está cada vez mais a tentar passar é de que ele é “o único candidato que se pode medir com Trump de homem para homem”.

Tal é a desorientação — antes, a crise — no Partido Democrático, que Krystal Ball, uma analista política e apresentadora de “Rising”, assinalou que “*se Bernie chegar à convenção com o maior número de delegados, mas sem a maioria, uma convenção pactuada que tire a nomeação a Sanders destruirá o Partido Democrático.*”

Não é inconcebível. O sistema político americano — cujas instituições e estruturas assentam no barril de pólvora de um sistema capitalista agonizante — está de pernas para o ar, e tudo pode acontecer.

Trump e o impeachment (destituição)

Outra vaga em propagação da enxurrada do caos que se derrama de Washington foi a destituição de Trump pela maioria democrata na Câmara de Representantes e o julgamento da sua destituição no Senado, em que a maioria republicana absolveu Trump.

Os sabichões do Partido Republicano querem fazer crer que



Trump exprime a “vontade do povo americano” e que a sua reeleição está no papo. A destituição, dizem, não passa de uma manobra partidária — e “inconstitucional” — em ano de eleições, para apear um presidente popular e bem sucedido.

Calma aí.

Em primeiro lugar, a “vontade do povo americano” tem rejeitado Trump com estrondo. Ele perdeu a eleição presidencial de 2016 por quase 3 milhões de votos —, derrota que só não foi maior por via da exclusão de eleitores e de outras interferências. A vitória de Trump no Colégio Eleitoral pôs a nu as concessões dos “pais fundadores” aos escravocratas, que receavam a eleição directa.

Trump também não foi bem recebido na capital. Em 21 de Janeiro de 2017, dia seguinte à tomada de posse, milhões de pessoas saíram à rua nas cidades e vilas, no maior dia de protesto da história dos Estados Unidos. As estimativas são de 470.000 manifestantes em Washington D.C. e 4,2 milhões em todos os Estados Unidos, 7 milhões à escala mundial.

“A vontade do povo americano” tem-se manifestado em protestos de grande vulto que têm surgido constantemente, de uma forma ou de outra, desde que Trump tomou posse. Passando por acções de rua de massas, petições em linha, greves, inquéritos do Congresso e inquéritos especiais — assim como uma série de processos judiciais contra Trump pessoalmente, contra a Trump Organization e contra a Fundação Donald J. Trump.

Têm sido pronunciados muitos

membros da campanha e do gabinete de Trump, assim como participantes dos seus esquemas corruptos, que se estão preparando para processos, aguardando sentença ou já na prisão.

A indignação com as malfetorias de Trump é tão profunda e massiva, que obrigou a Presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, antes renitente a enveredar pela via da destituição, a interpor, no Congresso, diligências de destituição do presidente. A maioria democrata na Câmara avançou para a destituição, concluindo que Trump representava “um perigo patente e actual”. Foi acusado de ameaçar a república constitucional através de um plano de flagrante solicitação de ingerência externa para benefício pessoal nas próximas eleições de 2020 e de, depois, ao ser apanhado, fazer obstrução à instrução do crime pelo Congresso.

Na Câmara, não houve um único republicano que saísse da forma, nem sequer os que vão largar os seus assentos sem tentar a reeleição. No Senado, o único que votou pela destituição foi Mitt Romney.

É de notar que as acusações representam uma mínima parte da multidão de crimes cometida pela administração Trump, à qual a população respondeu protestando nas ruas. O encolhimento drástico dos artigos invocados para instruir a destituição acabou, na prática, por neutralizar a energia do amplo movimento de oposição a Trump.

O Partido Democrático não contesta a presidência imperial; não se esqueça que Obama iniciou acções unilaterais na Líbia e em Honduras, para só citar dois de tantos exemplos. Estas acções tiveram, contudo, que obedecer a um certo consenso bipartidário da classe dominante. Tinham que pôr em primeiro plano os inter-

esses da classe dominante americana no seu conjunto — e não interesses partidários e pessoais.

A orientação com que os advogados de Trump avançaram é de que a presidência imperial não tem que responder perante ninguém. Os presidentes americanos, argumentaram os advogados, têm o direito constitucional de fazerem o que entenderem necessário, desde que actuem segundo o interesse nacional. Essencialmente, os presidentes estão acima da lei. Foi neste ponto que houve o choque com os democratas. A questão não estava em saber se se devia ou não ter assassinado o general Qassem Soleimani ou intervindo ou não na Venezuela — poucos foram os democratas que levantaram objecções a estas acções de Trump. A questão foi que Trump não tivesse consultado o Congresso. É um litígio sobre tática e sobre se as acções revéis de Trump são prejudiciais ou propícias aos interesses imperialistas dos EUA.

Durante a sua presidência, Trump tem afirmado e aumentado o seu poder em todos os aspectos. É notório o como desafia a acção do Congresso e despreza os tribunais. Agora atira-se ao processo de destituição, processo “ilegal e inconstitucional” para conquistar o poder. É, porventura, indicação de uma tenção de contestar a constitucionalidade dos resultados das eleições de 2020.

Os adeptos de Trump de extrema-direita já se estão a agarrar ao bordão da “inconstitucionalidade”.

A 20 de Janeiro, dezenas de milhar de milicianos armados e extremistas de direita de todos os Estados Unidos concentraram-se em comício em Richmond, na Virgínia, protestando contra a decisão do novo governador democrata de promulgar uma lei de controlo de armas. Os organizadores do comício, a Liga de

>>>

● ANÁLISE

>>> Defesa dos Cidadãos da Virgínia, jurou não obedecer a uma “tentativa inconstitucional de confiscar ou restringir as armas”. Anunciaram que, em muitos condados da Virgínia, as autarquias estavam a formar milícias armadas para debelarem qualquer tentativa da polícia ou da Guarda Nacional de fazer executar essa “lei inconstitucional”. Comunicaram igualmente que se estavam a estabelecer “refúgios da Segunda Emenda da Constituição” nos Estados da Virgínia, Nevada, Geórgia e outros. Durante o comício, os participantes falaram de necessidade de nos “prepararmos para outra guerra civil”.

Embora ainda sejam um fenómeno muito marginal, estas milícias armadas estão aumentando de dimensão e força, alimentadas por um presidente em exercício que não quer outra coisa senão que elas prosperem. Se Trump viesse a contestar a constitucionalidade da votação de Novembro — o que, embora possa neste momento parecer rebuscado, não é impossível, se ele perder as eleições —, estes grupos extremistas poderiam facilmente sair dos seus buracos e desafiar muito mais gravemente as bases do regime democrático-burguês.

“É a economia, seu estúpido!”

Em 1992, durante as eleições presidenciais entre Bill Clinton e George H. Bush, puxou-se deste lema para ancorar a ideia de que, em quaisquer eleições, o que interessa é a economia. Trump apropriou-se da máxima. Tem andado a propalar os “éxitos” da economia durante o seu mandato, apontando a taxa de desemprego de 3,6% (a mais baixa desde os anos sessenta) e uma bolsa que bate todos os recordes. Ele acha que, graças à economia, se conseguirá aguentar ao fogo cerrado do processo de destituição e marchar triunfalmente até à vitória em Novembro. “É a única coisa que interessa as pessoas”, costuma dizer.

Só que, calma aí outra vez.

“Embora a taxa de desemprego de 3,6% seja o nível mais baixo dos últimos 50 anos, tal estatística não conta da história nem a metade, podendo mascarar a deterioração do mercado de trabalho”, declarou o professor Michael Klein da Tufts University (*Conversations*, Abril de 2019). Klein assinala que há mais de 6 milhões de adultos em idade de trabalhar que desanimaram de continuar a procurar trabalho, ficando, portanto, de fora das estatísticas de desemprego. Isto representa 3% da força de trabalho. A maior concentração desta categoria de trabalhadores situa-se no Wisconsin, Pensilvânia e Ohio, Estados da “cintura da ferrugem”.

Mais há a questão do subemprego, com dezenas de milhões de pessoas tecnicamente empregadas, mas que mal se conseguem aguentar. Por fim, há a questão da mudança do tipo de emprego. Os empregos a tempo inteiro dotados de aposentação e regalias já se foram há muito tempo. Agora há principalmente trabalhos a tempo parcial (temporários). Chegou-se ao ponto de 80% dos trabalhadores estarem a viver de folha de pagamento em folha de pagamento, sem nada ou quase nada poderem poupar. Na Califórnia, Estado do “boom económico”, 54% dos trabalhadores do sector privado não dispõem de poupança-aposentação de nenhuma espécie.

Bem contada, a história é que os haveres líquidos da família americana situada na mediana caíram 36% nos últimos 20 anos, que o trabalho temporário involuntário aumentou 40% no mesmo período e que as pensões tradicionais (que antes cobriam metade da força de trabalho) já só são aplicáveis a um quinto da força de trabalho.

Bem contada, a história é que, desde 1973, a produtividade aumentou 74%, mas a remuneração horária só subiu 9,2%. Que, em 2019, três indivíduos detinham

uma riqueza total de 248 mil e quinhentos milhões de dólares, a mesma riqueza que a totalidade da metade menos rica das famílias americanas, portanto 160 milhões de pessoas. Entretanto, 38% das famílias, as situadas no fundo da distribuição, têm haveres líquidos iguais a zero.

E a explosão dos valores bolsistas?

Segundo noticiava a cadeia CNBC em 23 de Janeiro, o multimilionário liberal George Soros avisou, com Trump em linha de mira, que “a economia americana pode estar a caminho da catástrofe em resultado da tentativa do presidente, preparando as eleições de 2020, de dopar os preços das empresas e acções americanas.” “A bolsa, que já andava a festejar os éxitos militares de Trump, está a romper numa nova escalada sem precedentes.”, disse Soros aos convidados de um jantar informal em Davos. “Só que uma economia em sobreaquecimento não se consegue manter em fervura por muito tempo.”

Soros acerta na muche. Tal como antes Obama, Trump conseguiu atalhar artificialmente uma recessão, aumentando o endividamento público e privado (a dívida ao consumo americana superou pela primeira vez 4 biliões de dólares), desregulamentando os mercados financeiros (o que estimulou a mega-especulação), aumentando em grande escala as despesas militares (735 mil milhões em 2019) e socorrendo-se de outros instrumentos fiscais e monetários. Conseguiu, assim, adiar o ajuste de contas, mas com isso apenas aumentando o potencial de devastação da recessão ou depressão que aí vem. A economia está actualmente em sobreaquecimento e a ferver. Há economistas que prevêem o próximo colapso já para 2020.

O movimento sindical americano e as eleições de 2020

Ao longo dos últimos 150 anos, os trabalhadores foram criando,

nos Estados Unidos, as suas próprias organizações de classe — os seus sindicatos — para defender os seus interesses de classe e se fazerem campeões da maioria operária. E, se bem que muito enfraquecidos pela política das direcções que os mal-dirigem, os sindicatos não deixam de ser os únicos instrumentos de classe disponíveis para a luta.

Assiste-se hoje a um renascimento do espírito lutador em todo o país, nas fábricas e locais de trabalho: os trabalhadores exigem ser ouvidos. Batem-se para recuperar os seus sindicatos e repeler os ataques dos capitalistas aos seus direitos e condições de trabalho.

No terreno político, no entanto, os sindicatos mantêm-se agarrados ao Partido Democrático. É o obstáculo principal ao reforço da classe operária e à defesa dos interesses dos trabalhadores e de todos os oprimidos. Dois exemplos recentes ilustram-no bem: (1) a luta pelo sistema de saúde público universal e (2) a luta contra a agenda de “comércio livre” do capital.

Quanto ao primeiro ponto: com grande pena dos milhares de activistas sindicais da Campanha Sindical por um Sistema de Saúde Universal, o presidente da central AFL-CIO, Richard Trumka, anunciou, na véspera do primeiro debate presidencial, que, sendo a questão do sistema de saúde universal — também

conhecido por “Medicare for all” — uma questão que divide os candidatos do Partido Democrático, a AFL-CIO não faria campanha pelo sistema de saúde universal durante a campanha eleitoral. Toda a gente percebeu que a direcção da AFL-CIO não queria perder Joe Biden, na altura na dianteira, que se opõe ao sistema de saúde universal. Trumka argumentou igualmente que havia muitos sindicatos com bons planos de saúde, que não estavam dispostos a largá-los pelo sistema universal.

A Campanha Sindical pelo Sistema de Saúde Universal apelou aos seus filiados e apoiantes para assinarem uma carta aberta a Trumka, a lembrar-lhe que o sistema universal era posição da AFL-CIO adoptada em duas Convenções Nacionais. A Campanha venceu que a AFL-CIO devia reiterar a sua posição independente em vez de ir atrás de políticos que não apoiam o programa sindical para a saúde.

Mark Dudzic, coordenador nacional da Campanha Sindical, focou igualmente o último aspecto da posição de Trumka, a questão dos “bons planos de saúde dos sindicatos”. Disse ele:

“Desafio todos os candidatos que afirmam que querem conservar os “bons planos dos sindicatos” que dêem um só exemplo de um plano de saúde negociado por um sindicato que se possa medir com as versões dos projectos legislativos de Medicare for

All actualmente presentes quer à Câmara quer ao Senado em matéria de: direitos universais; de cobertura sem falhas; de possibilidade de escolher prestadores; e de falta de participação própria, de franquias, de pagamentos directos e outros

‘custos partilhados’.”
(*Everybody In!*, Inverno de 2019).

A Campanha Sindical realizou uma conferência estratégica nacional em Portland, no Oregon, em Outubro, juntando mais de 350 funcionários sindicatos e sindicalistas de todo o país. Todos condenaram a reviravolta de Trumka e comprometeram-se a continuar e aprofundar a luta pelo sistema universal, questão que tem sido um ponto central em todos os debates presidenciais democratas. Dezenas de sindicatos nacionais e centenas de sindicatos locais continuam a apoiar esta campanha urgente.

Quanto ao segundo ponto, o da luta contra os acordos de “comércio livre” capitalistas, o que aconteceu foi que, durante a campanha de 2016, as sondagens de Trump aumentaram em flecha e ele ganhou a eleição com apoio maioritário no coração industrial da nação por ter desencado o NAFTA por ser “o pior acordo comercial da história do país”. Logo que foi eleito, ameaçou o seu homólogo mexicano com aumentos das pautas aduaneiras se o México não aceitasse a revisão do NAFTA que ele queria.

A versão final revista é 90% do acordo original do NAFTA, com alguns aditamentos em matéria de direitos laborais, em geral impossíveis de controlar. É um acordo que serve para defender os interesses das empresas multinacionais americanas — exactamente como a versão inicial. A edição de 29 de Janeiro do *Wall Street Journal* chamava ao acordo um “NAFTA com pouco de novo”, explicando de seguida que o “*USMCA garante, tal como o NAFTA, comércio sem pautas e integração económica.*” Estas são as palavras de código que serviram para dar cobertura à devastação económica e social provocada pelo NAFTA nos últimos 25 anos.

>>>

Piquete de greve do sindicato UAW durante a longa greve da General Motors (Setembro de 2019)



● ANÁLISE

>>> Como já fizera no caso do sistema de saúde universal, a direcção nacional da AFL-CIO voltou a fazer de porta-voz da presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, e dos Democratas. Pelosi, vendo-se obrigada a instruir o processo de destituição de Trump, declarou que era necessário que ela e os democratas pudessem legislar em conjunto com os republicanos em matérias que tivessem em comum, como o comércio, demonstrando, assim, não serem obstructionistas.

Em vez de afirmar a oposição dos sindicatos ao “comércio livre” dos capitalistas, a direcção da AFL-CIO concedeu a Pelosi o que ela pedira. O presidente da AFL-CIO, Richard Trumka, foi ao México para se encontrar com o presidente mexicano, López Obrador, e a ministra do trabalho, Maria Luisa Alcalde, obteve algumas concessões de pouca monta no articulado em matéria de direitos laborais, e voltou para casa com as modificações pedidas por Pelosi. Esta ficou, assim, com luz verde para aprovar a assinatura do acordo.

Uma ambientalista do grupo 350.org manifestou em linha o seu repúdio por Pelosi “*ter dado as eleições de Novembro de bandeja a Trump*”, ao apelar a apoiar o acordo comercial de Trump. Ver Trump a assinar o acordo NAFTA 2.0 ladeado por sindicalistas em capacete de trabalho foi, efectivamente, repulsivo. Um presidente que não esconde a sua intenção de destruir o sindicalismo nos Estados Unidos a armar-se em campeão do povo trabalhador! Triste espectáculo, vergonhosamente tornado possível por Pelosi e Trumka.

Em matéria de apoios, a direcção da AFL-CIO ainda está para dar o seu apoio a algum dos candidatos à presidência pelo Partido Democrático. Está com certeza à espera de ver o desfecho das próximas primárias no

Iowa, New Hampshire, Nevada e Carolina do Sul. Os sindicatos nacionais e locais ficaram, em resultado disso, com algum espaço, insólito, para darem o seu apoio a candidatos presidenciais. No entanto, uma vez uma posição tomada por uma federação, espera-se dos seus filiados que a sigam.

A luta por uma política operária independente

Ajudar a romper os laços de subordinação do movimento sindical aos partidos patronais tem sido a tarefa central do *Socialist Organizer*, a secção nos EUA do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) (ver caixa). É preciso que os recursos materiais e humanos imensos do movimento sindical, temo-lo afirmado e reafirmado, sejam postos ao serviço da construção de um partido baseado nos sindicatos e implantado nas lutas sindicais e das minorias oprimidas.

Mais de 700 militantes sindicais e populares proeminentes subscreveram — por iniciativa do *Labor and Community for an Independent Party* (LCIP), o movimento sindical e popular por um partido independente — uma declaração que apelava à apresentação de candidatos trabalhadores e populares já em 2020 aos níveis local e estadual, como um passo do esforço de construção de um novo partido político independente e de massas, de base sindical. *Socialist Organizer* vê-se como construtor activo do LCIP, impulsionando uma discussão permanente sobre política independente no suplemento *Unity and Independence* do jornal *The Organizer*, o nosso mensário.

A Declaração de Intenções do LCIP delinea o duplo objectivo da campanha:

“*O nosso primeiro objectivo consiste em impulsionar a apresentação de candidatos já em 2020 aos níveis local e estadual*

com base numa plataforma que avance as reivindicações mais prementes dos trabalhadores e populações. (...) O nosso segundo objectivo é impulsionar no movimento sindical, em grande escala, um comité promotor de um partido político de base operária. A resolução adoptada pela convenção nacional da AFL-CIO de Outubro de 2017 afirmava que ‘quer os candidatos sejam eleitos pelo Partido Republicano quer pelo Partido Democrata, o que se está protegendo e promovendo são os interesses da Wall Street, ao passo que os interesses dos sindicatos e do povo trabalhador ficam em geral postos de lado’. Uma segunda resolução da convenção concluía que ‘já passou o tempo de nos podermos resignar ao menor de dois males políticos’.”

Os candidatos e coligações independentes não podem, além disso, ficar limitados à política eleitoral; têm de estar a lutar pelos pontos avançados nas suas plataformas, projectando essas lutas na arena eleitoral. Assim se ajudará a alicerçar a aliança entre o movimento sindical e os sectores oprimidos.

Têm-se tomado importantes medidas concretas para impulsionar esta orientação.

Em 7 de Dezembro, reuniu-se em Cleveland, no Ohio, uma conferência regional de sindicalistas e activistas sob o lema “*Romper o Sistema Bipartidário*”. Os participantes vinham de todo o Ohio, juntando-se-lhes oradores convidados da Califórnia e de Maryland.

A conferência teve o patrocínio do Projecto Sindical para o Ensino e as Artes (LEAP, *Labor Education and Arts Project*) em colaboração com a *Labor Fight-back Network* (LFN, Rede de Resistência Sindical) e do LCIP.

O apelo à conferência avançava com a necessidade de lançar as fundações de um partido assente nos trabalhadores e implantado nos sindicatos e nas comunidades negra e latina. Dizia, nomeadamente:

“Com a desigualdade a crescer em flecha, o custo da saúde e a dívida estudantil a crescerem, as mudanças climáticas a afligirem o planeta, os direitos civis e humanos atacados e salários e regalias a evaporarem-se, há já uma maioria nos Estados Unidos (57%) que pede um novo partido político” (fonte: Gallup Headlines, 19 de Julho de 2019).

“O repetido apoio do movimento sindical ao Partido Democrático não nos trouxe ganhos substanciais. É altura de mudar! É tempo de criar uma alternativa eficaz. (...) Convidamos os sindicalistas e militantes das causas populares de todo o país a juntarem-se a nós e construir as fundações de um partido político assente no movimento sindical que sirva os interesses da classe trabalhadora e de todos os oprimidos.”

Correm actualmente discussões, na Carolina do Sul, no Ohio e na Califórnia, em vista da constituição de coligações democrati-

camente organizadas para apresentar candidatos independentes dos trabalhadores às eleições locais do próximo mês de Novembro.

A Rede de Resistência Sindical e a direcção do Ujima People's Progress Party (Partido Popular Progressista Ujima) — ambos subscritores do LCIP — juntaram-se a este na publicação de um apelo a uma conferência nacional por uma política operária independente, a realizar no final de Julho em Baltimore, no Maryland.

Tudo indica que haverá amplas oportunidades para fazer com que o debate — e a acção — por uma política operária independente dêem vários passos em frente após a Convenção Nacional Democrática. Passando isto, evidentemente, pela luta por uma política operária negra independente.

Essa conferência em Baltimore ajudará igualmente, conforme julgam os seus organizadores, a fomentar o esforço para começar, mas próximas semanas,

a apresentar candidatos independentes do movimento sindical a nível local em Novembro. O esforço de organização da conferência há-de servir, nessa ordem de ideias, de campanha coordenadora nacional em apoio a esforços locais numa série de Estados fundamentais. ●

14 de Fevereiro de 2020

1 - Decisão do Supremo Tribunal dos EUA (de Junho de 2018) de restringir consideravelmente o direito de organização sindical e de negociação colectiva dos trabalhadores do sector público.

2 - O *New Deal* foi um programa criado pelo Presidente democrata Franklin D. Roosevelt em 1933, à saída da crise de 1929, em cujo quadro se levaram a efeito medidas de obras públicas em grande escala e regulamentos para salvar o sistema capitalista.

Labor Party e Partido Negro: Orientação Estratégica da IVª Internacional nos Estados Unidos

NOS ANOS TRINTA, a crise do sistema capitalista alimentou uma luta de classes intensa nos Estados Unidos.

Os militantes trotskistas foram parte integrante desta luta, especialmente os militantes do sindicato local 574 do Sindicato dos Camionistas (*Teamsters*) durante as greves de Minneapolis (1934). A classe operária radicalizou-se, dando origem a uma ruptura com o *craft unionism* (sindicalismo corporativo) no movimento sindical e à promoção do “sindicalismo industrial”, com a formação, em 1935, do Congresso das Organizações Industriais (CIO).

Contudo, se a radicalização se foi aprofundando no movimento sindical, já no plano político ela não encontrou saída e expressão política própria: a burocracia sindical continuou agarrada com unhas

e dentes aos partidos gémeos do capitalismo americano: também o Partido Republicano, mas, especialmente, o Partido Democrático.

Neste contexto, os dirigentes e militantes do *Socialist Workers Party* (SWP) foram esclarecendo, numa série de discussões que tiveram com Leão Trotsky (então exilado no México, onde encontrara refúgio) de Abril a Junho de 1938, a orientação do SWP para com os sectores do movimento sindical que formulavam a palavra de ordem de *Labor Party*, de partido trabalhista assente nos sindicatos.

A certa altura da discussão, em Abril de 1938, em nota transcrita sob o título “*O Problema do Labor Party*”, Trotsky assinalou:

“O *Socialist Workers Party*, secção da IVª Internacional, tem perfeita noção de que, em virtude de razões históricas desfavoráveis,

o seu próprio desenvolvimento se atrasou em relação à radicalização de vastas camadas do proletariado americano; e, exactamente por esta razão, o problema da criação de um partido trabalhista impõe-se à ordem do dia em todo o processo de desenvolvimento. (...)”

Do mesmo passo que mantém a sua plena independência organizativa e política, o SWP trava um combate sistemático e intransigente contra a burocracia sindical, que se opõe à criação de um partido trabalhista ou procura convertê-lo em arma auxiliar de um dos partidos burgueses.”

Mais tarde, numa Discussão sobre a Questão do *Labor Party* (31 de Maio de 1938) com dirigentes do SWP que se tinham deslocado ao México, Trotsky voltou a bater nesta tecla:

“A necessidade de um partido político dos trabalhadores existe em

● ANÁLISE

>>>

virtude de condições objectivas, mas o nosso partido é muito pequeno e tem pouca autoridade para organizar os trabalhadores nas nossas fileiras. Por isso, temos que dizer aos trabalhadores, às massas, que precisam de um partido. Mas não podemos dizer imediatamente às massas, que têm de aderir ao nosso partido. (...) Num comício de massas, quinhentos concordariam com a necessidade de um partido trabalhista, mas só cinco estariam dispostos a aderir ao nosso partido, o que mostra que a palavra de ordem de partido trabalhista é uma palavra de ordem de agitação. A segunda palavra de ordem é para os mais avançados.” E Trotsky explicava ainda: “Temos que mostrar aos trabalhadores o que tal partido tem que ser: um partido independente, não a favor de Roosevelt [o Presidente democrata a quem a burocracia sindical se subordinava — ndr] nem de La Follette [político burguês apoiado por sectores dos movimentos operário e camponês do Estado do Wisconsin — ndr]; uma máquina para os próprios trabalhadores. Que teria, por conseguinte, que apresentar os seus próprios candidatos às eleições. Depois teríamos nós que apresentar as nossas palavra de ordem de transição, não todas ao mesmo tempo, mas à medida que fosse havendo ensejo para isso, primeiro uma, depois outra.”

Reatando com as melhores tradições do SWP, *Socialist Organizer* — secção fraterna do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) — adoptou a seguinte resolução na sua 12ª convenção nacional, em Outubro de 2012: “O programa de fundação da IVª Internacional apela aos seus seguidores para que lutem em todas as circunstâncias pela ruptura das direcções sindicais e políticas que representam e falam em nome dos trabalhadores com o sistema capitalista agonizante.

Nos Estados Unidos, tal implica lutar por que os sindicatos, mormente a AFL-CIO, mas também a Change To Win e os sindicatos independentes — únicas expressões organizadas da classe trabalhadora como classe para si —, rompam com a classe capitalista e o seu instrumento político: o Partido Democrático.

A classe capitalista conta politicamente com a subordinação dos

sindicatos — únicas organizações operárias de massas existentes — ao Partido Democrático através da burocracia sindical. Lutar pela ruptura dos sindicatos com os Democratas e por um Partido Trabalhista assente nos sindicatos é uma tarefa central de *Socialist Organizer*, a secção americana da IVª Internacional, sendo a tradução nos EUA Da orientação internacional da IVª Internacional de construir as suas secções “segundo a linha da transição”. Desistir de apelar à criação de um Partido Trabalhista assente nos sindicatos equivaleria a dar carta branca à burocracia sindical — e equivaleria a não dar a primazia ao facto de a subordinação aos Democratas ser o obstáculo principal com que os trabalhadores americanos se confrontam.”

A orientação estratégica pelo Partido Trabalhista dos trotskistas americanos articula-se com uma questão específica. Os marxistas sustentam que há nos Estados Unidos uma questão nacional por resolver, a questão negra, e reconhecem o direito da nação negra oprimida (13% da população) à auto-determinação. Por isso os militantes da IVª Internacional nos Estados Unidos têm sempre conjugado a luta pelo Partido Trabalhista com a luta por um Partido Negro independente.

A resolução adoptada pela 12ª convenção nacional de *Socialist Organizer* continuava: “Nos EUA há, evidentemente, uma dimensão muito específica da luta de classes que se prende com a questão da opressão nacional. A perspectiva de *Socialist Organizer* a respeito da questão nacional nos Estados Unidos repousa nos seguintes pilares:

— A “supremacia branca” tem sido a principal fonte de divisão da classe operária nos Estados Unidos. Para ajudar a superar este obstáculo, nós lutamos por que os sindicatos se façam campeões dos direitos dos grupos alvo de opressão racial e nacional, assim como apoiamos os movimentos e organizações autónomos dos negros e neles participamos, como elemento de uma estratégia de conjunto para construir a unidade da classe trabalhadora.

— Apoiamos a auto-organização de todos os grupos que se defrontam

com formas de opressão racial e/ou nacional nos EUA, permitindo-lhes lutar pela igualdade e pela justiça social. Do mesmo passo, lutamos por forjar a unidade de todas as componentes da classe operária americana na luta pela revolução socialista, que é condição necessária para erradicar a opressão racial.

— Os negros tanto foram uma das componentes com que se constituiu a nação americana como foram permanentemente excluídos pelas classes dominantes da inclusão nessa mesma nação. A história da escravatura, a Guerra Civil americana, a reconstrução, as leis Jim Crow¹, etc., conferem à luta negra uma especificidade dentro da luta de classes que não pode ser equiparada directamente à de nenhum outro grupo oprimido dos Estados Unidos.

— Apoiamos a auto-determinação negra, embora não preconizemos a separação territorial. Em ordem à promoção da sua luta de libertação, rompendo com o Partido Democrático, e à possibilidade de forjar uma unidade de igual para igual com os trabalhadores de outras nacionalidades, apoiamos a construção de um Partido Negro independente, que, para nós, S.O., está ligada à luta por um Partido Trabalhista assente nos sindicatos. Nós somos por se procurarem todas as vias que servissem à promoção da unidade entre um Partido Negro e (potencialmente, dentro de) um Partido Trabalhista.” ●

1 - Desde o início do séc. XVII que os colonos britânicos estabelecidos na América do Norte importaram trabalho escravo de África. A Guerra Civil americana (1861 a 1865) opôs os Estados capitalistas do Norte aos Estados escravagistas “confederados” do Sul.

Estes últimos foram derrotados e a escravatura foi abolida, correspondendo o período da “Reconstrução”, de 1865 a 1877, à reorganização da sociedade no Sul, procurando os escravos libertos e os brancos pobres impor reformas radicais, ao passo que surgiam sociedades secretas racistas, como o Ku Klux Klan. O período da Reconstrução chegou ao seu termo com a imposição da legislação Jim Crow, que instaurou a segregação racial nos Estados do Sul. A segregação só viria a ser abolida com o movimento de massas dos Direitos Cívicos e de libertação negra, em 1965.

África Ocidental

Luta de Classes e Contradições Inter-Imperialistas

Por Grégory Fernandes

A PESAR DE DÉCADAS DE regimes antipopulares e aplicação de planos de ajustamento estrutural (PAE) do Fundo Monetário Internacional em nome da “dívida externa”, os países da África Ocidental são há anos teatro de uma luta de classes tenaz. Luta da classe operária que se bate pelos seus próprios interesses, tanto ao nível das reivindicações sociais como das reivindicações democráticas.

Luta de classes, democracia, soberania nacional

Nestes últimos meses, assistiu-se, em particular no Benim, ao desenvolvimento de um movimento de protesto contra a tentativa do presidente-aventureiro Patrice Talon de instaurar um regime bonapartista, quando os segmentos de democracia política e liberdades nacionais e sindicais que até aqui existiam se começaram a tornar incompatíveis com as exigências da pilhagem imperialista. As organizações sindicais do Benim representam, apesar de não os dirigirem, o grosso dos batalhões organizados do movimento de resistência à linha bonapartista do regime Talon.

Tem-se igualmente assistido a como, no Togo, o regime Gnassingbé — cujo clã reina no país há cinquenta anos como testa-de-ferro do imperialismo francês — é contestado pelas amplas massas, apesar do plebiscito que ele acaba de organizar em proveito próprio e da sua política de integração das cúpulas das organizações sindicais do regime.

Na Costa do Marfim, onde toda a situação política continua a ser marcada pela guerra de decomposição dos anos dois mil — e pela intervenção francesa —, a classe operária tem tentado, seja no ensino, nos correios ou noutros sectores, defender as suas reivindicações,

opor-se às privatizações, procurando, para o conseguir, manter a independência das organizações sindicais. Poder-se-iam citar outros exemplos da luta das classes operárias em países vizinhos.

A classe operária — muitas vezes minoritária em populações de maioria camponesa —, privada de autêntica representação política, faz os possíveis por utilizar as suas organizações sindicais, ainda que atomizadas e sujeitas a uma pressão forte para se integrarem no Estado.

O *Boletim do Golfo*, tribuna livre editada pelos militantes trotskistas (IVª Internacional — CORQI) dos países do Golfo do Benim, especialmente do Benim, Costa do Marfim e Togo, relata com regularidade estas lutas e problemas do movimento operário na região.

A teoria marxista da revolução permanente ensina-nos que, em todos os países dominados, a classe operária — ao ser sua tarefa histórica derrubar o capital — é a única força social capaz de se pôr à cabeça de todas as camadas oprimidas da nação e de levar até ao fim a luta pela soberania nacional e pela democracia, que implica romper com o imperialismo e derrubar os regimes *compradores* a ele enfeudados.

O franco CFA, instrumento do domínio francês

Um dos instrumentos de domínio do imperialismo francês, antiga potência colonial de muitos destes países, é o franco CFA, única moeda colonial que sobreviveu à independência. É hoje em dia utilizado em duas zonas: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, na África Ocidental, e Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade, na África Cen-

tral.

Após os acordos de Bretton Woods (1944), que criaram o Fundo Monetário Internacional e um novo sistema monetário internacional assente no dólar americano (moeda da principal potência imperialista), a França criou moedas específicas para as suas colónias. Assim nasceu, em Dezembro de 1945, o franco das “colónias francesas de África”. Em 1958, tentar vedar as aspirações das massas africanas à independência, a França rebaptizou-o “*franco da comunidade franco-africana*” e, mais tarde, em 1960, “*franco da comunidade financeira africana*”.

Após as independências, esta moeda manteve-se como instrumento de dominação. O franco CFA tem paridade fixa com o franco francês (inclusivamente depois da passagem do franco francês ao euro, em Janeiro de 2002). Em contrapartida da garantia de convertibilidade, os países que utilizassem a moeda comprometiam-se a depositar junto do Tesouro francês metade das suas reservas em divisas. Das quais, portanto, os Estados africanos não podem dispor soberanamente. Mais: detendo a França boa parte das divisas destes países, eles dificilmente podem escolher outro fornecedor para as suas importações. O conselho de administração do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) tem representantes do governo francês, que podem ali exercer um verdadeiro “direito de veto”. E, para que as coisas sejam bem claras, todas as emissões monetárias são fabricadas... em França. Como indicam os nossos camaradas do Togo no boletim *L'Émancipation*: “*O CFA é gerido, de Paris, pelo Banco de França, que deixa a contabilidade ao cuidado dos seus empregados africanos da BCEAO*” (nº 7, Novembro-Dezembro de 2019). O franco CFA, tal como a presença mi-

>>>

● ANÁLISE

>>> litar francesa em África, foi, durante muito tempo, um símbolo daquilo que os jornalistas crismaram de “Françafrique”, a forma, portanto, de garantir os interesses do imperialismo francês nas suas antigas possessões coloniais.

Nestes últimos anos, desenvolveu-se em todos os países uma campanha, particularmente entre a juventude, para acabar com o franco CFA. Os militantes trotskistas africanos apoiam a aspiração da juventude e dos povos a libertarem-se do franco, afirmando, todavia, que a classe operária é a única força social capaz de levar atrás de si toda a nação na reconquista da soberania — rompendo, portanto, com o imperialismo. Com o imperialismo francês e o seu franco CFA, mas também com instituições do género do FMI e qualquer potência imperialista que procure mover piões na região em detrimento do seu concorrente francês. É neste quadro que se hão-se inserir os anúncios feitos em Dezembro de 2019 a respeito da próxima substituição do franco CFA por uma nova “moeda comum” dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), o eco.

Verá o eco a luz do dia?

O segundo semestre de 2019 foi palco de uma multiplicação de reuniões, cimeiras e outros encontros oficiais, tanto da ECOWAS como da Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO: junta os países membros da ECOWAS que não usam o franco CFA). À saída destas reuniões, anunciou-se o projecto de substituir o franco CFA por uma nova moeda comum, chamada eco. Nova moeda esta, cuja existência o Fundo Monetário Internacional (FMI) condicionou logo no mês de Outubro ao acatamento de uma série de critérios económicos e políticos. “Critérios de convergência” moldados pelos da União Europeia, de que a ECOWAS indicará os contornos exactos a 21 de Dezembro: “Os critérios chave de convergência são o défice ficar abaixo de 3% do Produto Interno Bruto, a inflação de 10%, com uma dívida inferior a 70% do PIB.” (*Jeune Afrique*, 22 de Dezembro). Em Novembro, o presidente do Benim anunciou solenemente a retirada das reservas cambiais colocadas em depósito compulsivo junto do Banco de França. Não foi preciso mais para que muitos vissem nisso o fim do franco CFA e da dominação francesa na sua forma monetária.

A realidade não é assim tão simples. Primeiro, porque a ECOWAS não tem nada que ver com uma federação livremente consentida de Estados livres e soberanos. O anúncio da nova moeda revelou a sobrevivência dos interesses próprios de cada um dos regimes da região. A visita de Macron em fins de Dezembro à Costa do Marfim teve, deste modo, como fim principal anunciar o “abandono do franco CFA” e o lançamento da nova moeda, lado a lado com o seu fiel aliado Ouattara..., com o objectivo de esta mudança de nome ser o mais cosmética possível e o “sistema CFA” se manter no essencial, com novo nome. Assim, o governo francês propôs que “se o BCEAO se defrontar com uma carência de disponibilidades para cobrir os seus compromissos em divisas, poderá obter os euros necessários junto da França”.

Estas pretensões do imperialismo francês ofenderam, porém, os seis países anglófonos membros da ECOWAS (Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa). Muito em particular a Nigéria, principal potência económica africana, que pesa 70% do PIB da ECOWAS.

“A África Ocidental exhibe as suas divisões”

“A África Ocidental exhibe as suas divisões”, escrevia o diário francês *Le Monde* (17 de Janeiro). Em comunicado de 16 de Janeiro, ministros das finanças e governadores de bancos centrais da zona monetária da África Ocidental (ZMAO) notam “com preocupação a declaração que visa mudar unilateralmente o nome do franco CFA para eco até 2020”. “De momento, não há, da parte do governo da Nigéria, nenhuma vontade de criar o dito eco”, elucida com ainda maior clareza um analista do gabinete Steras Businee de Lagos (Nigéria).

“Perfila-se, assim, nos bastidores, uma batalha de influência. O movimento a que a zona franco deu azo está preocupando quem não está interessado em dar por si a ir atrás dos prazos e condições impostos pela zona franco — mas não é só. A Nigéria e os outros países anglófonos desconfiam da influência francesa noutros aspectos.” (RFI, 17 de Janeiro). A Nigéria é uma nação oprimida pelo imperialismo. A verdadeira questão é, pois, de saber que interesses impelem o governo da Nigéria a opor-se às pretensões da França? Antiga colónia britânica, a Nigéria é dirigida por um regime que mantém uma relação especial

com o imperialismo americano. O presidente nigeriano será, a 30 de Abril de 2018, o primeiro presidente da África sub-sariana recebido por Trump na Casa Branca. O que reflecte um laço privilegiado com os Estados Unidos, que data da presidência de Jimmy Carter no final dos anos setenta.

Ainda é, portanto, cedo para dizer se o eco acabará por nascer um dia e se virá a ser um simples avatar do franco CFA ou um instrumento ao serviço de outros interesses imperialistas*.

Como escrevem os militantes trotskistas da África Ocidental no nº 10 do *Bulletin du Golfe* (nº 10, de Janeiro de 2020): “Os povos africanos não precisam de padrinhos. Nem da França, que tenta, dê lá por onde der, salvaguardar a sua esfera de influência, nem de outros predadores, como os Estados Unidos, que estão à espreita na expectativa de filar a presa. Tudo vai depender da capacidade dos povos africanos para derrubar os regimes (da região - ndr).”

A luta pela soberania nacional e pela paz, inseparável da luta pela independência das organizações operárias, estará no cerne da constituição de delegações africanas à Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração (5 e 6 de Novembro de 2020, Paris).

● 26 de Fevereiro de 2020

* Em próximo número d’A Internacional voltaremos a focar em que medida esta concorrência inter-imperialista em África se reflecte no terreno militar. A presença militar francesa em África agravou-se depois de 2012 por força da pretensa “operação antiterrorista” no Mali a partir de 2012. Há hoje mais de 5.000 soldados franceses estacionados no Sahel. Em finais de Dezembro de 2019, o Pentágono anunciou uma redução massiva das tropas americanas na África Ocidental. “Duro para as tropas francesas” (*France Info*, 26 de Dezembro). A 10 de Fevereiro, o Pentágono anunciou que o orçamento da Africom (estado-maior americano em África) passará, em 2021, de 247 mil milhões a 22,7! Esta decisão só pode significar uma coisa: deixem lá os franceses atolarem-se no Sahel, um dia tiraremos as castanhas desse lume!

● Correspondências d' A Internacional

Burundi

Editorial do nº 112, de Dezembro de 2019, da *Tribune libre des travailleurs*, órgão mensal do Parti des travailleurs et de la démocratie-TWUNGU-RUANI (PTD).



Imperialismo, destruição do homem e do ambiente

A CRISE POLÍTICA ABERTA EM 1993, como reflexo burundês da crise imperialista, agravada em 2015 pela candidatura do presidente Pierre Nkurunziza a um terceiro mandato contestado, afecta exponencialmente todos os sectores da vida do país. Com consequências no quotidiano dos burundeses. Hoje, tanto os burundeses que fugiram do país como aqueles que ficaram estão vivendo uma miséria sem nome, com diferentes epidemias (paludismo, cólera, etc.). Como uma infelicidade nunca vem só, desde o início de 2019 vieram acrescentar-se a esta situação miserável inundações e aludes mortíferos, que se agravaram durante o mês de Dezembro de 2019 em várias localidades do país (Bujumbura rural, Bujumbura município, Musinga, Cankuzo e Cibitoke).

Desde 4 de Dezembro de 2019, mais de uma dezena de colinas à volta de Nyempundu, no concelho de Mugina, em

Cibitoke, sofreram aludes que causaram estragos. Tiraram-se da lama vinte e seis corpos, dez pessoas desapareceram, tendo dez sido transferidas para o hospital de Cibitoke. Campos devastados, gado morto e levado pelas águas, derrocadas de estradas e pontes, infra-estruturas hídricas destruídas.

Chuvas torrenciais acompanhadas de ventos violentos que caíram sobre a cidade de Bujumbura e arredores na noite de 21 para 22 de Dezembro de 2019 causaram estragos humanos e materiais. Segundo informações da Cruz Vermelha do Burundi, o rescaldo provisório monta a quatorze pessoas mortas e trinta e três feridas; quarenta e sete casas totalmente destruídas e quarenta outras parcialmente. Além disso, cento e trinta e duas casas foram inundadas, e duzentas e dezanove famílias foram afectadas. A causa foi o transbordamento da ribeira de Cari, que atravessa os bairros de Winterekwa e Nyabagere, no Norte da cidade de Bujumbura, causado por chuvas torrenciais. As águas inundaram os bairros vizinhos, causando os danos mencionados. Houve casas inundadas e outras ruíram. Houve pessoas que morreram debaixo dos escombros das casas destruídas e outras que foram levadas pelas enxurradas. As águas da ribeira invadiram igualmente o bairro de Carama, onde inundaram várias casas.

Em 27 de Dezembro de 2019, foi a vez das populações das zonas de Buterere e Gihosha sofrerem estragos causados por inundações. A ribeira de Kyniankongé, que não tem defesas, fez enormes estragos no bairro de Buterere. No bairro de Kuwinterekwa, na zona de Gihosha, houve as mesmas cenas de desolação.

Esta situação de miséria generalizada e de pauperização das massas, dobrada pelas catástrofes devidas às alterações climáticas, é

o resultado da aplicação dos planos de ajustamento estrutural, das privatizações e do reembolso da dívida externa ditados pelo imperialismo e suas instituições, nomeadamente o Banco Mundial, o FMI e a União Europeia, que empobrecem o país. A crise financeira do Estado daí resultante não permite a previsão das catástrofes naturais e menos os socorros. Os burundeses necessitam de solução para as dificuldades com que se debatem no dia a dia. Necessitam, em última análise, de uma Assembleia Constituinte soberana, que se encarregue de romper com o imperialismo e estabelecer uma ordem capaz de satisfazer as suas aspirações em cooperação fraterna com a classe operária e os povos do mundo inteiro. ●

Chile

Excertos do editorial do nº 3 de *Emancipación* (31 de Janeiro de 2020), boletim da Aliança dos Trabalhadores e Estudantes (ATE)



O que aguenta o governo de Piñera?

A PÓS MAIS DE CEM DIAS DE mobilização, é necessário fazer um primeiro balanço da contradição existente entre o poderio das mobilizações ao nível nacional e o facto de o governo Piñera se aguentar no poder. Em

>>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> tal contexto, é lícito perguntar: que força tem o regime para se aguentar? É porventura a força repressiva que o aguenta? (...) A sua força social é insignificante, embora poderosa, pois representa os interesses das 140 famílias e interesses estrangeiros que controlam o poder. (...) Será essa uma força suficiente? A resposta é: não é.

O que aguente Piñera no poder é, por um lado, o comportamento de toda a classe política com assento no Congresso Nacional. Comportamento que, essencialmente, procura proteger, dê lá por onde der, o sistema económico, político e social ajustado com a ditadura de Pinochet. Os partidos PDC e PPD⁽¹⁾, que dirigem as Câmaras de Deputados e de Senadores têm desempenhado um papel central na blindagem de Piñera, apesar dos desacordos existentes, que, em muitos casos, são um jogo puro e simples para enganar a população. Do que se trata é de salvar Piñera par salvar o sistema de exploração, pilhagem, abuso e corrupção. Claro que estes partidos, somados aos da coligação governamental, não poderiam jogar à sua vontade sem o apoio do Partido Socialista, dos principais dirigentes do Frente Amplio⁽²⁾ e da actuação completamente demagógica do PC, no intuito de transformar a luta social em denúncias judiciais, perfeitamente cientes de que o poder judicial está essencialmente comprometido com a manutenção do sistema económico, político e social. O desprezo pela maioria da população que se mobiliza em relação aos partidos políticos tem base real, que se pode verificar perfeitamente. (...) É a classe política no seu conjunto que é responsável por todas as jogadas do governo para esmagar a mobilização, sendo, por conseguinte, cúmplice da repressão. (...) Será, porém, a classe política de “oposição” a única responsável por este apoio a Piñera e ao sistema que ele encarna? Não, de maneira nenhuma. (...)

O aparelho dirigente da Unidad Social⁽³⁾ também é responsável por dar apoio ao governo de Piñera.

Convém recordar que em 22 de Outubro de 2019, a Unidade Social apresentava a exigência de que Piñera se demitisse e que os deputados e senadores da “oposição” no Congresso se abstivessem de legislar as propostas do governo. Do mesmo passo, apresentavam uma lista de reivindicações (...). Contudo, a primeira das reivindicações, a demissão de Piñera, foi abandonada, como o foi a crítica aos deputados e senadores que legislaram na mesma as medidas do governo, incluindo as medidas repressivas. (...)

No dia 4 de Janeiro de 2020, em declaração pública, a Unidad Social reconhece que, durante 38 dias, portanto desde 28 de Novembro de 2019, esteve em reuniões com o governo para tentar fazer-lhe escutar as reivindicações que, no essencial, surgiam das mobilizações. Na sua declaração, a Unidad Social assinalava a ruptura, o “despejo” das comunicações com o governo. Quer dizer que, durante trinta e oito dias, o sector sindical da Unidad Social declarou-se em conversações com o governo, alimentando ilusões entre os trabalhadores de que este se dignaria escutar o “povo” e agir em consequência. Trinta e oito dias em que a repressão se intensificava, e o governo recorreu a todos os argumentos possíveis para criminalizar o protesto social.

Ora bem, o que significa, na prática, esta ruptura da Unidade Social com o governo, este “despejo”? Que significa o discurso de que as mobilizações se irão aprofundar? A questão de fundo ficou em suspenso. O governo não tem a mínima intenção de ceder a nenhuma das reivindicações da população. (...)

Por outro lado, a classe política já começou os seus preparativos eleitorais para o plebiscito de 26 de Abril⁽⁴⁾. Já não interessam as reivin-

dicações exigidas pela maioria do povo. A questão central para a classe política, completamente odiada pela população, é defender o sistema económico, social e político e as suas sinecuras e posições. A pergunta que emerge de todos este quadro é: o que irá fazer a Unidad Social? Aderir, como fez durante todos os governos da Concertación e da Nueva Mayoría, aos ditames da classe política? Ou, para evitar desfazer-se ante a mobilização da maioria do povo, reatar o caminho da luta pela organização de uma Assembleia Constituinte Soberana, que não será oferecida pelo governo nem pela classe política, exigir a demissão de Piñera como governo antidemocrático, lutar para impor as reivindicações levantadas no dia 22 de Outubro e organizar a paralisação indefinida das actividades laborais, como força unitária? A Unidad Social está numa encruzilhada, e a sua credibilidade como sector de dirigentes sociais está em questão, pois há milhares e milhares de trabalhadores que se estão mobilizando, estão na primeira linha e observam a deriva dos seus dirigentes. Os trabalhadores têm que impor uma viragem às suas organizações sindicais. É a única maneira de impor a força numérica e o peso do seu lugar na produção. ●

1- Respectivamente Partido Democrata-Cristão e Partido pela Democracia.

2- Agrupamento de partidos que pretendem ser uma alternativa ao PS e ao PC.

3 - Frente que reúne sindicatos e associações.

4 - Plebiscito imposto pelo governo (com o acordo de todos os partidos representados no Parlamento) para escolher as modalidades do processo constituinte, em oposição a uma Assembleia Constituinte soberana.

Grã-Bretanha

Editorial de *Labour Internationalist*, publicação mensal dos partidários britânicos do CORQI, número 2 (Dezembro de 2019).



Derrota histórica do Labour Party: como foi possível chegar a este ponto?

OS FACTOS ESTÃO BEM APURADOS e são indiscutíveis: No ponto de vista eleitoral, os Conservadores averbaram o seu melhor resultado desde a vitória de Thatcher em 1983. Mais importante é que, desta feita, o *Labour Party* sofreu a sua pior derrota desde 1935, quando os eleitores trabalhistas castigaram a direcção do partido por ter concordado em participar num governo de unidade nacional. E ainda mais importante é que, desta vez, os Partido Trabalhista assistiu à derrocada dos seus baluartes historicamente inexpugnáveis.

Vinte e quatro circunscrições quebraram a sua tradição, velha de décadas, de não votarem nos *Tories*. A nova maioria conservadora em três delas tem mais de 20 pontos de avanço: Dudley North (31,1%), Bassetlaw (27,6%) e Great Grimsby (22,2%). No referendo de 2016, estes círculos votaram esmagadoramente pela saída da UE, por majorias de respectivamente 71,4%, 68,3% e 71,4%. O assento parlamentar com a mais longa história de votar trabalhista, Rother Valley, elegia deputados trabalhistas desde 1918. Em

2016 votou pela saída (66,7%). Don Valley (68,5% pelo *Leave*) e Leigh (63,3% *Leave*) foram trabalhistas durante 97 anos, enquanto Wakefield (62,8% *Leave*) o fora durante 87 anos. As perdas do *Labour* concentraram-se nas zonas favoráveis à saída, tendo o partido perdido 53 círculos que haviam votado pelo abandono da UE. Os Conservadores beneficiaram directamente disso, ganhando 56 assentos em zonas favoráveis à saída — metade delas votaram pela saída por mais de 60%. Os estragos não se ficaram pelo Norte de Inglaterra: O *Labour* perdeu igualmente para os *Tories* baluartes trabalhistas ingleses e galeses dos Midlands e de Gales — todos eles votaram *Leave*. Em Bassetlaw, no Nottinghamshire (68,3% *Leave*), deu-se o maior basculamento de votos dos trabalhistas para os conservadores, nada menos que 18,4 pontos.

Embora tenham causado choque, os resultados não foram propriamente uma surpresa. Conforme escrevemos na declaração editorial da primeira edição deste boletim: “*Ao espezinhar a decisão democrática tomada em 2106, o Partido Trabalhista praticamente arruinou todas as hipóteses de ganhar a maioria*”.

Em todas as eleições anteriores, fosse qual fosse a natureza da política avançada pela direcção trabalhista — amiúde directamente contrária aos interesses da classe operária —, o Partido Trabalhista enquanto tal continuou sempre a aparecer objectivamente como o partido de todo o movimento operário, em oposição ao partido oficial da classe dominante, o Partido Conservador. Isto em consequência da maneira como o Partido Trabalhista se originou historicamente, como expressão política do movimento sindical.

Desta vez, como muitos salientaram, politicamente o Partido Trabalhista apareceu o partido do *Remain*, devido à posição que tomou, a favor de um novo referendo. Foi o factor decisivo para explicar o que a seguir sucedeu.

A responsabilidade foi da direcção superior do Partido Trabalhista e dos sindicatos que se decidiram por apoiar a União Europeia e montaram o cenário do “no deal” (saída sem acordo) como um desastre absoluto. Por esta razão, não condenamos os que se abstiveram ou decidiram não votar trabalhista. É a direcção que arca com a responsabilidade do resultado eleitoral.

É claro que, como sói acontecer depois de umas eleições, o dirigente do partido derrotado é alvejado como o maior culpado. No entanto, as causas desta derrota encerram muito mais elementos, que não podem honestamente ser reduzidos à responsabilidade de um indivíduo. Hoje, alguns sectores do Partido Trabalhista, incluindo o próprio Corbyn, estão apresentando o “líder” como uma vítima de uma campanha de ódio e vil calúnia. É incontestavelmente verdade que houve tal campanha. Só que ela já fora lançada em 2017, e na altura não impediu que o *Labour* ganhasse terreno. O elemento crucial foi que, na altura, todos os candidatos trabalhistas sublinharam que respeitariam a decisão tomada em 2016.

Do mesmo modo, houve críticas a Corbyn por ele não ter sido capaz de estabelecer um laço pessoal com as comunidades operárias do Norte de Inglaterra e não só. Talvez. Só que já era assim em 2017.

O busílis está muito para além de questões de personalidade, psicologia e carácter. Todos os estratos dirigentes do Partido Trabalhista — os responsáveis pelo funcionamento da máquina partidária, o grupo parlamentar, a direita e a esquerda da direcção do partido e o seu líder Jeremy Corbyn — todos se negaram a enfrentar a questão da aplicação da decisão democrática do referendo de 2016. Fizeram-no porque, neste caso, respeitar a democracia contrariava as necessidades vitais da classe dominante britânica. A recusa de rom-

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> per com a classe dominante acarretou a recusa de executar o mandato de 2016, causando o desastre que se viu.

O ponto fundamental do Programa da IVª Internacional, base da nossa luta, é o facto — corroborado por guerras, crises, o alastramento da pobreza, o abismo crescente entre super-ricos e a grande massa da população mundial — de o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção e na exploração não ser susceptível de reforma. É o que veio uma vez mais confirmar o facto de o estar simplesmente de acordo com a votação de 2016 ter causado uma crise sem saída para o sistema capitalista e as suas instituições. ●

México

Editorial de Transición, publicação da Liga Comunista Internacionalista (LCI-CORQI), nº 18 (Dezembro de 2019).



Não ao acordo Canadá-Estados Unidos-México (USCMA)⁽¹⁾!

É necessária a unidade dos trabalhadores dos nossos três países para combatê-lo!

NO PASSADO DIA 10 DE DEZEMBRO, o governo do presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) anunciou ter chegado a acordo para ratificar o Acordo Canadá-Estados Unidos-

México (USCMA) graças a uma adenda discutida pelos representantes dos três governos nos últimos meses. Marcelo Ebrard e Jesus Seade, os negociadores do governo mexicano, apresentam o acordo como uma vitória da diplomacia mexicana e uma vitória para a nação.

Contudo, o novo acordo implica o aprofundamento da política neoliberal no nosso país. O acordo mantém, na realidade, 90% do estipulado no NAFTA, assinado em 1994 pelo governo Salinas. O USCMA significa que continua a política de pilhagem dos recursos naturais da nação mexicana, a desregulamentação de direitos conquistados pelos trabalhadores, a perda de soberania e a abertura ao governo dos Estados Unidos para ele poder intervir nos assuntos que convenham aos seus interesses.

Nos meses mais recentes, AMLO tem insistido com o governo dos Estados Unidos para que ele se despache a ratificar o USCMA. Nas últimas semanas, virou-se para Nancy Pelosi, a chefe dos democratas no Congresso americano, para estes desbloquearem a ratificação no seu país. A actual posição do presidente quanto ao USCMA contradiz o que ele preconizava nas campanhas de 2006, 2012 e 2018, nas quais manifestou o seu repúdio da política de comércio livre, denunciando o que o NAFTA tem implicado para o nosso país, perda de direitos, privatizações, pilhagem dos recursos naturais, militarização, crescimento da emigração, abandono e destruição da terra mexicana, concentração da riqueza nas mãos de poucos, etc.

Quem votou em AMLO e no seu partido MORENA fê-lo para pôr termo a esta política de destruição. Deu-lhe um mandato claro: ruptura com a política neoliberal, ruptura com os acordos que prejudicam a maioria. A ratificação do USCMA, tal como a aceitação da política migratória de Trump, nada têm que ver com as aspirações das

massas.

MORENA e AMLO, que dispõem de maioria no Parlamento, perderam a oportunidade histórica de recusarem a sujeição da economia mexicana aos interesses do imperialismo norte-americano. Nos meses mais recentes, militantes e activistas têm assinado uma carta aberta ao presidente e aos legisladores neste sentido, pedindo-lhes que recusem ratificar o USCMA e dêem passos na via da ruptura com as políticas de sujeição. A petição não teve, contudo, eco; pelo contrário, os senadores aprovaram a adenda em menos de quarenta e oito horas.

Nas semanas mais recentes, a discussão sobre a renegociação concentrou-se nalguns aspectos específicos, como a regulamentação da percentagem do aço e do alumínio que os automóveis fabricados nos três países hão-de conter, a questão dos medicamentos genéricos. Um dos principais temas foi, porém, o direito laboral.

Segundo os meios de comunicação oficiais, o que tornava o acordo difícil era os dirigentes da AFL-CIO (a central sindical dos Estados Unidos), ligados ao Partido Democrático, não estarem dispostos a aceitar o tratado sem cláusulas de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, particularmente a possibilidade de intervenção de supervisores e inspetores do trabalho.

Já na primeira proposta de USCMA se haviam acordado modificações da moldura laboral mexicana, plasmadas em reformas da Lei Federal do Trabalho ainda em Maio deste ano, que implicavam a livre sindicalização e novos mecanismos legais para as disputas laborais.

No entanto, apesar de vertidas em papel, estas novas disposições não tiveram aplicação integral, como expusemos nestas páginas, os patrões evadiram os aumentos salariais de diferentes modos, conforme foi o caso em Matamoros, dando azo ao aparecimento do

CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

MOM 20-32⁽²⁾. Acresce que, através de diversos mecanismos legais, os sindicatos brancos e corporativos se preparam para negar o direito à livre sindicalização, não tendo, por outro lado, o governo afectado verba orçamental ao funcionamento das novas repartições do trabalho. Na prática, as violações dos direitos laborais continuam a ocorrer.

Pela sua parte, as direcções sindicais saudaram estas disposições e, em alguns casos, fizeram-se igualmente eco do apelo à ratificação “fast track”. Esta posição é, a nosso ver, incorrecta, como explicamos nos artigos interiores (onde reproduzimos o editorial do jornal dos nossos camaradas dos Estados Unidos, *The Organizer*). A assinatura do USMCA equivale à entrega da soberania e das riquezas naturais e é contraditória com as reivindicações dos trabalhadores de nacionalização da indústria da energia, de rechaço das políticas de privatização e contenção salarial que tanto têm afectado os trabalhadores, sindicalizados ou não. Argumentar que, com as promessas do USMCA, as condições laborais melhorarão automaticamente ou deixar as disputas nas mãos de painéis de peritos, é renunciar à independência de classe e à organização dos trabalhadores. O aval ao USMCA é uma nova troca de ouro por contas de vidro⁽³⁾.

Facto a destacar é a reacção dos porta-vozes das principais câmaras empresariais. O presidente da COPARMEC, Gustavo de Hoyos, disse: “desde Santa Anna⁽⁴⁾, que cedeu metade do território, nunca o México havia cedido tanto numa negociação como agora o está fazendo o governo do presidente Andrés Manuel López Obrador com o USMCA.” A moléstia vem de que o acordo permite ao governo dos EUA maior intervenção em decisões relativas à defesa dos interesses norte-americanos, submetendo mais ainda os seus sócios locais às necessidades gerais do imperialismo norte-americano, reduzindo mais ainda a margem de

lucro e de manobra dos empresários mexicanos. A reacção natural destes será de passar a factura à classe trabalhadora, como já se viu no caso da fronteira norte, onde a vaga de despedimentos não pára, a pretexto de supostas reestruturações.

É necessária a mais ampla informação sobre o que o NAFTA tem feito ao México e sobre o que agora está às nossas portas com o USMCA. É necessário combater este acordo, é necessária a unidade dos trabalhadores dos três países. Logo que o acordo foi anunciado, trabalhadores dos EUA lançaram um apelo a votar contra o USMCA. No México e no Canadá, temos que construir a oposição a este tratado.

Por isso apelamos à preparação ampla de uma conferência binacional contra o USMCA e contra o Muro da Vergonha de Trump. ●

1 - Acordo Canadá-Estados Unidos-México (USMCA), destinado a substituir o actual Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), em vigor desde 1 de Janeiro de 1994 (NDT).

2 - Movimento dos operários das ‘maquiladoras’ de cidade de Matamoros (no Estado de Tamaulipas, fronteiro ao Texas nos Estados Unidos), que reivindicam um aumento de 20% dos salários e um prémio de 32.000 pesos (cerca de 1.650 dólares).

3 - Alusão à trapaça pela qual os conquistadores espanhóis tentavam engodar as populações autóctones, propondo-lhes trocar o ouro delas por contas de vidro.

4 - O tratado de Guadalupe Hidalgo, assinado a 2 de Fevereiro de 1848, pôs fim à guerra americano-mexicana. O México cedeu aos Estados Unidos um território imenso, 1.360.000km², a troco de 15 milhões de dólares americanos.

Rússia

Excertos do artigo publicado no nº 2 de *Sotsiallisticheski Organizator* (publicação do Grupo de Partidários do CORQI na Rússia).



2019: ano da revolta dos médicos

“QUE QUEREM? Que nos aconteça o mesmo que aconteceu à Ucrânia ou à Geórgia? O sindicato Action (sindicato dos médicos e pessoal hospitalar, filiado na Confederação do Trabalho da Rússia, KTR - ndr) tudo faz para empurra os médicos urgentistas a provocarem a guerra civil. E quem financia isto tudo? Dólares americanos, claro!” Estas acusações insanas foram proferidas, tal e qual, na cara da militante do sindicato Action Tatiana Chulga pelo chefe do serviço de urgências do hospital da cidade de Angarsk, Boris Basmanov, qualificando a sindicalista de “extremista”

Não há, bem entendido, um grama de verdade nos impropérios do burocrata. O género da conversa mostra uma coisa: o medo, que ele divide com as hostes de representantes do ministério da saúde nas cidades e regiões. É preciso dizer que o ano de 2019 bateu o recorde do número de protestos de médicos e pessoal hospitalar.

Só no período de Julho a Setembro >>>

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> recenseiam-se vinte e três acções de protesto dos médicos: manifestações, piquetes e, evidentemente, “greves de zelo”, em que se demora o dobro do tempo a executar cada tarefa. No início de Dezembro, cento e treze empregados da clínica pediátrica regional de Ekaterinburgo assinaram uma carta aberta contra os baixos salários, e os seus colegas de Magnitogorsk fizeram uma concentração. A 30 de Novembro, houve, em várias cidades, concentrações de médicos.

As manifestações foram organizadas pelo sindicato *Action* e pela Aliança dos Médicos. Em várias outras cidades (Nijny-Taguil, Pyatigorsk e Alexandrov), os médicos demitiram-se em massa para protestar contra as insuportáveis condições de trabalho.

De notar: os médicos protestaram e obtiveram várias vitórias. Assim, o pessoal dos três hospitais da região de Novgorod obteve aumentos de salário. Na sub-divisão de Mojaisk da plataforma regional de ambulâncias de Moscovo, os médicos conseguiram a anulação das missões de longa duração, nova roupa de trabalho e melhores condições de trabalho. Em Togliatti, os urgentistas conseguiram o pagamento das horas nocturnas e um aumento salarial. Na região de Penza, as exigências dos trabalhadores foram satisfeitas ao fim de apenas dois dias de luta.

Porque se mobilizaram os médicos e porquê agora? Depois da sua reeleição de 2012, Putin promulgara um decreto que exigia

que o salário dos médicos fosse posto ao nível de 200% do salário médio regional e o salário do pessoal hospitalar médio a 100% do salário regional médio. O ministério da saúde acatou o decreto, mas de maneira puramente formal. Por exemplo, em Angarsk, os colegas de Tatiana viram o seu salário fixo aumentar... enquanto lhes reduziam os prémios. Num jogo de vasos comunicantes, o salário “aumentado” ficou, assim, estritamente igual ao que era antes! Um médico da cidade de Irkutsk contou-nos a mesma coisa: “*A avaliar pela situação do meu hospital em 2019, não só não houve aumento salarial, o salário até baixou.*”

A degradação do sistema de saúde que se depreende desta situação acarreta regularmente acidentes, mortes, com as autoridades a carregarem nas tintas ao entregarem os médicos à vindita popular, acusados de serem responsáveis pelas tragédias.

Para o presidente do sindicato *Action*, Andrei Konoval, está-se perante uma tentativa das autoridades para acalmar o descontentamento dos cidadãos com a qualidade dos cuidados, recorrendo a bodes expiatórios, estigmatizando indivíduos, punidos por problemas que derivam, na realidade, da comercialização e da privatização dos cuidados, do fecho de hospitais e de outras políticas neoliberais, ditas “*optimizações*”.

Os médicos acabaram por perder a paciência, e a cólera ex-

plodiu. A consequência foi 2019 ser um ano de protestos, saldando-se muitos deles por vitórias.

As autoridades não têm a mínima intenção de resolver os problemas sistémicos da medicina. A prová-lo a afectação de 35.500 milhões de rublos do orçamento de 2020 ao programa nacional “Desenvolvimento da Saúde” e ao projecto nacional “Saúde”. São menos 11% do que o montante que será gasto nas despesas da Duma (parlamento), do Conselho da Federação, da administração presidencial e do governo, oito vezes menos do que os gastos com o embelezamento da capital, Moscovo, em 2019, e quarenta vezes menos do que as despesas com as forças da ordem.

Não pode, por isso, haver outra saída para os médicos e pessoal hospitalar que não seja continuar a sua luta e aderir aos sindicatos independentes e combativos. Quanto às acusações delirantes evocadas acima: é evidente que os sindicatos médicos não estão apelando a nenhuma guerra civil, nem dão mostras de “extremismo”. Lutam apenas pelos direitos dos trabalhadores. E não são financiados pelo estrangeiro, mas sim pelas quotas dos seus filiados. Por isso, os doentes, que são trabalhadores, aposentados e jovens, têm que rejeitar energicamente a propaganda do poder e manifestar a sua solidariedade com as acções dos médicos. ●

Em que situação está a economia mundial?

Notas

Por Pierre Cise e Daniel Gluckstein

Sujeitos pelo mundo fora ao cilindro compressor dos planos de despedimentos e das medidas de desregulamentação, precariedade, privatização e destruição dos regimes de protecção social, os trabalhadores vivem na carne a degradação da sua situação económica. Dela tiram a determinação que, em todos os continentes, alimenta as suas lutas para bloquear a infernal máquina de pauperizar a classe operária e a juventude.

Mas será a situação, na óptica dos capitalistas, a de uma economia próspera, que virou definitivamente a página da crise de 2007-08 e suas repercussões?

Longe disso.

Os próprios capitalistas e respectivos porta-vozes têm diferentes maneiras — conforme o ponto de vista em que se colocam — de responder à pergunta: em que situação está a economia mundial?



“Wall Street acaba em grande”...

PARTINDO DOS LUCROS BOLSISTAS e dos índices das principais praças bolsistas do mundo, o ano de 2019 foi o ano de todos os recordes. “Wall Street acaba o ano em grande”, exclama o diário financeiro francês *Les Echos*⁽¹⁾. Durante o ano de 2019, os três principais índices da Bolsa americana — o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq — registaram progressões de, respectivamente, 23%, 22% e 36% (os melhores resultados desde 2017 no caso do primeiro dos índices, e desde 2013 no dos outros dois). Registaram-se as mesmas progressões nos índices das Bolsas europeias: entre 23 e 29% para as Bolsas alemã, francesa, italiana e para o índice europeu STOXX 600, que junta as 600 primeiras empresas europeias cotadas no

continente. Só a Bolsa de Londres se saiu menos bem (reflectindo uma relação directa com o contexto do Brexit).

Em França, em 2019, pagaram-se aos accionistas das empresas do CAC 40⁽²⁾ 60.200 milhões de euros na forma de dividendos ou, e voltaremos ao assunto, de resgate de acções. É um aumento de 12% em relação ao ano de 2018 e o nível mais alto desde 2007.

À data do presente artigo, os números dos mercados financeiros americanos para 2019 ainda não são públicos. Mas os de 2018 são eloquentes: os accionistas das empresas cotadas em Wall Street receberam um pouco mais de 1.100 milhares de milhões (1,1 biliões) de dólares, 1 bilião dos quais em resgates de acções, números estes que representam uma progressão em relação aos anos anteriores (ultra-

>>>

● ACTUALIDADE DO MARXISMO

>>> passando até, nalguns casos, os números anteriores à crise que estalou em 2007-08). Prova provada de que os lucros capitalistas, mormente os das multinacionais, foram suficientemente elevados para satisfazer os detentores dos capitais.

...é a festa dos *hedge funds* e fundos de investimento...

Se se tomarem como ponto de partida os *hedge funds* e os fundos de investimento, dir-se-á que também eles estão em festa. Estes organismos, encarregados de colocar os capitais dos seus clientes (fundos de pensões, fundações das grandes universidades americanas, fundos soberanos, famílias ou particulares multimilionários, etc.) tiraram em 2019 lucros recorde para os detentores dos capitais que gerem e para si próprios.

Os *hedge funds*, que gerem um montante total de capitais estimado em 3,25 biliões de dólares, geraram no ano passado 222 mil e quinhentos milhões de dólares de lucro assim distribuídos: 44.500 milhões para eles próprios a título das comissões que auferem e 178 mil milhões para os seus clientes. Este resultado supera o recorde anterior, de 2013. Os vinte primeiros *hedge funds* distribuíram lucros três vezes superiores aos de 2018 (60 mil milhões contra 23 mil milhões), quando, durante a crise de 2007-08, tinham feito perder aos seus clientes 29 mil milhões. O mesmo é dizer que os ricos proprietários de capitais recuperaram uma saúde de ferro!⁽³⁾

Do lado dos fundos de investimento ou de gestão de activos (*asset management*), em que o líder mundial, *BlackRock*, teve a particular distinção de ser o inspirador do combate de Macron contra a classe operária francesa com vista a destruir o sistema de aposentações⁽⁴⁾, também vai tudo bem. Para se ter

uma ideia do poderio daqueles fundos, convém saber que, no final do ano de 2018, os 400 primeiros geriam e colocavam pelo mundo capitais num valor total de 74,9 biliões de dólares. O que equivale a 88% do montante total de todas as mercadorias e serviços que se produzem no planeta em um ano.

Por si só, *BlackRock* gere, segundo as informações dadas a público no dia 15 de Janeiro passado, um montante total de capitais no valor de 7,429 biliões de dólares (equivalentes a 36% do PIB dos Estados Unidos, primeira potência mundial). Auferiu comissões no valor de 14.500 milhões de dólares, o que lhe permitiu tirar 5 mil milhões de lucros. Todos estes números estão em ascensão constante há anos. A tendência é idêntica para os concorrentes de *BlackRock*. São, ainda, estes fundos que são os principais beneficiários dos generosos pagamentos de dividendos das multinacionais, em cujos capitais estão representados.

... Mas a “economia real” estagna...

Já se se partir da actividade económica “real”, portanto da medida da evolução da produção de mercadorias, vê-se que o ambiente deixa absolutamente de ser festivo! A crer nas análises publicadas no mundo inteiro, a situação das grandes potências capitalistas é marcada por uma estag-

nação da actividade económica que, em alguns casos, raia aquilo a que se chama uma recessão. Depois de um pico em finais de 2017, a maior parte dos grandes indicadores de actividade está a andar para trás. Nas suas previsões publicadas em Setembro, a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) corrigiu em baixa as suas previsões de crescimento para 2020 em praticamente todos os seus países membros (36 países considerados oficialmente como os mais desenvolvidos). Globalmente, a OCDE prevê um crescimento mundial com um tecto de 2,9%, portanto o nível mais baixo desde a crise de 2007-08, anos de recessão. O Fundo Monetário Internacional (FMI) fez o mesmo. Para 2019, prevê um crescimento máximo de 3%. “Com um crescimento a 3%, não há margem para erros políticos”, declarou o economista-chefe do FMI, com o que visava a guerra comercial Estados Unidos-China, mas também as acanhadas previsões, que podem fazer a economia mundial pender para o lado errado.

... e as previsões são alarmistas

Partindo das previsões, portanto da maneira de antever o futuro dos próprios capitalistas e seus institutos de sondagens e previsões, o que, nesse caso, predomina são anúncios mais alar-



mistas a respeito da iminência de um colapso, da iminência de uma crise financeira, da iminência de uma crise económica, ou então da semelhança da situação (nalguns casos, explica-se que para pior) à que antecedeu a última grande crise, a de 2007-08. Assim, a empresa francesa de gestão de capitais Natixis Investment Partner publicou um estudo⁽⁵⁾ realizado junto de 500 investidores institucionais (fundos de pensões, fundos de investimento, companhias de seguros, etc.) da Ásia, da Europa e da América (essencialmente dos Estados Unidos), detentoras, só elas, de capitais no valor de 15 biliões de dólares. “Actores” sérios, portanto. O estudo revela que 83% desses organismos acham que uma nova crise financeira ocorrerá nos próximos cinco anos, 63% mesmo nos próximos três.

A contradição, que é flagrante, entre os resultados financeiros e a realidade da produção de riquezas nada tem de conjuntural ou de accidental. Remete para a própria natureza do regime capitalista. Antes de entrarmos em detalhes, impõe-se uma observação de bom senso: se de um lado da sociedade há cada vez mais apropriação de riqueza, já que, como o apuram os mais oficiais estudos, os ricos estão ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres⁽⁶⁾, se as riquezas concentradas num dos pólos da sociedade não param de crescer a um ritmo bem mais rápido do que a actividade de produção de novas riquezas, essas riquezas em cada vez maior acumulação num dos pólos da sociedade têm que vir de qualquer parte. Podem salientar-se aqui duas fontes essenciais:

1. A investida contra o valor da força de trabalho (no sentido da capacidade de consumo dos trabalhadores, que são simultaneamente produtores) faz com

que a nova riqueza (mais-valia) seja extraída directamente da força de trabalho (o que, como mais adiante veremos, agrava a crise do sistema capitalista).

2. A antecipação das riquezas por vir: é esse o papel da dívida, que se avoluma sem parar. O endividamento mundial bateu recordes em 2019, o endividamento global (famílias, empresas e Estados) equivale a quase três anos e meio da produção mundial de riqueza, que é, deste modo, gastada antecipadamente pela economia capitalista... evidentemente com risco de o edifício ruir dum momento para o outro.

Não se pode aguentar, não se devia aguentar... mas lá se vai aguentando... até quando?

Não se pode aguentar... mas mesmo assim...

É preciso voltar às raízes do sistema capitalista e da sua crise estrutural. No *Capital*, Marx explica que o modo de produção capitalista se move numa contradição permanente — raiz das suas crises — entre a sua tendência para desenvolver ilimitadamente as forças produtivas (e, portanto, a produção) e “as dimensões restritas do consumo nas condições do capitalismo”⁽⁷⁾. O modo de produção capitalista “não produz meios de subsistência em excesso relativamente à população existente. Pelo contrário. Não produz o suficiente para satisfazer decente e humanamente a massa da população. Não produz meios de produção em excesso para poder dar ocupação à fracção da população apta para trabalhar (...) Não produz meios de produção em excesso para que toda a população apta a trabalhar possa trabalhar nas condições mais produtivas possíveis e reduzir, portanto, o seu tempo de trabalho absoluto (...) No entanto, produzem-se, periodicamente, meios de trabalho e de subsistência em

excesso para poderem funcionar como meio de exploração dos operários a uma dada taxa de lucro. Produzem-se mercadorias em excesso para se poder realizar e reconverter o valor e a mais-valia que nelas se encerra em capital novo, nas condições de distribuição e consumo que a produção capitalista implica; para, portanto, se conseguir percorrer o processo sem se repetirem explosões constantes”⁽⁸⁾.

Dados os meios de que o capital se socorre para superá-la, esta contradição fez o sistema capitalista passar à sua fase imperialista, na qual essa contradição foi puxada para um nível ainda superior. O estágio imperialista caracteriza-se, nomeadamente, pelo domínio dos monopólios e por um mercado mundial constituído e saturado, limitando, deste modo, as possibilidades de valorização do capital e provocando um perigo potencial ou real de super-produção de “meios de trabalho e de subsistência [...] para [...] poderem funcionar como meio de exploração dos operários a uma dada taxa de lucro”. Ora, o capital, que Marx define como “dinheiro, germinando e rebentando constantemente (...), dinheiro que engendra dinheiro, moeda que faz bebés” num movimento incessante e que apenas existe em função deste movimento incessante, é obrigado a encontrar constantemente novos terrenos para se valorizar e novos mercados por arrotear. Com o mercado mundial saturado, isso só é possível criando-os artificialmente ou destruindo mercados existentes, numa luta mortal e constante entre imperialismos concorrentes e diferentes grupos capitalistas.

Esta contradição fundamental do capitalismo — produz-se riqueza a mais para a capacidade que há de a consumir produzindo lucro, mas nem por isso se pode parar de tentar produzir constan-

● ACTUALIDADE DO MARXISMO

>>> temente nova riqueza para o dinheiro poder “germinar” — mede-se na realidade da actividade económica do ano transacto... e na realidade dos meios artificiais e parasitários a que a classe capitalista recorre para tentar superá-la.

o relatório de 2019 do Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz (SIPRI). E a administração Trump não tenciona ficar por aí, tendo exigido um orçamento de 750 mil milhões de dólares para 2020, “*sem hesitar*

de desemprego, amputando, conseqüentemente, o próprio valor da força de trabalho. Acresce que o financiamento da economia armamentista se faz também à força de empréstimos, que aceleram a deriva da economia da dívida.



Uma vez mais, a economia do armamento

Qual é, deste modo, o lugar da economia do armamento nesta demanda de alavancas artificiais para o capitalismo em crise? Um lugar significativo. A economia do armamento representa um mercado cativo para os Estados.

Em 2018, as despesas militares atingiram mais de 1,8 biliões de dólares, marcando uma nova progressão (2,6% em relação a 2017, quando fora já de 1,1% para 2016) e um nível nunca alcançado desde 2008. Os Estados Unidos são responsáveis por um terço destas despesas (e 59% das vendas de armas) e são a principal causa do aumento, nomeadamente por via do aumento das operações no exterior (649 mil milhões de dólares, um aumento de 4,6%), mas também da encomenda de novo material. “*Os Estados Unidos são de longe o país que mais gasta no mundo. Investiram quase tanto como a soma dos oito países que se lhes seguem na classificação*”, indica

em pedir ao Congresso reduções nos programas nacionais nos domínios da saúde e da educação”, segundo indica o *Washington Post*⁽⁹⁾.

O princípio subjacente ao crescimento constante do financiamento de uma economia armamentista — fonte inesgotável de lucros para os grandes grupos que produzem armas — é, na verdade, que o Estado possa pagar. Daí a compressão das outras “despesas” do Estado, a começar pelos serviços públicos: menos hospitais, menos escolas, menos saúde, em prejuízo da classe operária e da população laboriosa, mormente a força de trabalho menos educada, menos qualificada, menos cuidada, menos remunerada e, deste modo, constantemente desvalorizada. Em todos os países capitalistas, suprimem-se empregos aos milhões, pauperizando sectores inteiros da população que, em boa parte, não encontram trabalho. Diminuem-se os subsídios aos hospitais, às escolas, aos sistemas de protecção social, os subsídios

A explosão da dívida

Segundo um estudo do Instituto Internacional das Finanças (IIF) publicado em Novembro de 2019, estimar-se-á a actual dívida mundial em 255 biliões de dólares, o equivalente a 322% do PIB mundial. É uma soma colossal, superior em 9 biliões ao já enorme nível de 2018. Estado, empresas, bancos e famílias, todos os sectores são afectados por este aumento e pela acumulação de dívidas. Os

Estados Unidos e a China são os motores do aumento. Pela parte dos Estados, a dívida mundial atingirá 70 biliões de dólares.

Segundo um estudo publicado em Novembro de 2019 pelo Bank of America Merrill Lynch, desde a crise de 2007-08 os Estados pediram emprestado um total de 27,1 biliões de dólares, as empresas, 22,6 biliões, as famílias, 8,1 biliões e os bancos, 1,8 biliões.

A dívida pública ascende, por si só, a 100% do PIB mundial.

Para os países ditos emergentes, a situação é preocupante, porquanto, além de uma dívida elevada e crescente, eles irão ter de reembolsar daqui a dois anos 8,5 biliões de dólares vencidos, sendo obrigados a voltar a pedir emprestado para pagá-los, dadas as pessimistas perspectivas de crescimento nesses países. A zona Ásia chama especialmente a atenção, e não é só a China. A dívida é ali, principalmente, dívida das empresas (dívida privada) que, para além do crescimento que sofre (em certos as-

pectos sem controlo), começa a acumular incumprimentos, que, nas contas dos bancos, se aproximam de um montante estimado em 800 mil milhões de dólares.

É, no entanto, o aumento da dívida das famílias que mais preocupa os analistas e comentadores dos países imperialistas. Nos Estados Unidos⁽¹⁰⁾, onde o fenómeno nada perdeu da sua importância apesar da crise das *subprimes* há doze anos, esta dívida ascende a 13,5 biliões de dólares, ou mais 1 bilião do que o nível anterior a 2008. A dívida hipotecária (endividamento para habitação) tem aumentado nos últimos doze anos, se bem que a parcela que representa no endividamento total das famílias esteja até a baixar proporcionalmente. O que vem explodindo é a dívida em cartões de crédito e empréstimos estudantis, que triplicou desde 2006, montando a 1,6 biliões de dólares, uma média de 35 mil dólares (29.500 euros) por mutuário. O pagamento das despesas de saúde é a causa de dois terços das falências individuais, que levam à extinção das dívidas. Quanto ao financiamento de veículos, concederam-se empréstimos de 584 mil milhões de dólares, boa parte em condições próximas das que prevaleciam no início dos anos 2000 no caso da habitação: os juros variam entre 10 e 29%, e os empréstimos são concedidos àqueles a quem os meios bancários chamam, na sua gíria florida, os “*leprosos do crédito*” (*credit lepers*), portanto as pessoas cujas capacidade de reembolso é mais do que precária ou até nula. Omitir-se-ão aqui os empréstimos sobre penhores ou contra o salário a que são sujeitos os mais pobres.

Nos outros países imperialistas, a situação é igualmente preocupante. Em França, o *Haut conseil de stabilité financière* (HCSF), presidido pelo ministro das finanças e em que participa o governador do Banco de França, toca a rebater em matéria de em-

préstimos imobiliários. Estes empréstimos experimentaram forte acréscimo em 2019, representando um montante cumulativo de 1 bilião de euros. O HCSF aponta as condições cada vez mais mais laxistas dos bancos e organismos mutuantes na concessão de crédito, como o aumento da duração do crédito ou a elevação do limiar de “admissibilidade” do endividamento em proporção do rendimento. A taxa de endividamento das famílias francesas representa, em 2019, considerando todas as formas de dívida, 96% do rendimento disponível (portanto o rendimento deduzido de impostos e contribuições salariais e acrescido de prestações sociais recebidas). Não é, diga-se, o nível da Grã-Bretanha (119,2%) nem dos Estados Unidos (129,1%), mas a progressão é significativa. Esta situação cada vez mais prenhe de futuras explosões relaciona-se com o muito baixo nível das taxas de juro, fruto da política que os bancos centrais têm praticado nos últimos dez anos.

A “mágica finança” das taxas de juro negativas

Tentando tirar o sistema capitalista do marasmo, os bancos centrais das principais metrópoles imperialistas (Estados Unidos, União Europeia, Japão) têm desenvolvido políticas monetárias ditas não convencionais ou de *quantitative easing*, que consistem em se injectarem (via bancos centrais: Reserva Federal, Banco Central Europeu, nomeadamente) milhares de milhões de dólares no sistema financeiro, nisso praticando uma política de taxas de juro muito baixas. O objectivo anunciado é salvar os bancos, relançar a máquina de produção de mais-valia (ao diminuir o custo do crédito) e restaurar condições aceitáveis de lucro. Já antes se haviam aplicado medidas deste tipo, geralmente logo a seguir a crises (por exemplo logo a seguir à crise de 2000-02, dita crise da Internet). O que é novidade no período que estamos atravessando

é que estas medidas duram há já dez anos sem que tenham, contudo, efeito significativo num módico de recuperação do crescimento. Têm, por outro lado, sido um potente estímulo ao aumento do endividamento dos Estados (que obtêm crédito a taxas nulas, ou mesmo negativas), das empresas e das famílias.

Um editorialista do jornal *Les Echos*⁽¹¹⁾ interroga-se: “*Sucede, no planeta financeiro, o mesmo que no clima: o anormal torna-se normal. Um pouco por todo o lado, as taxas de juro a que, em linguagem corrente, há quem chame o “preço do dinheiro”, tornam-se negativas. Assim, o dinheiro não tem preço, o crédito é, por assim dizer, gratuito, ou mesmo fonte de lucro. Mágica finança! Estima-se em mais de 15 biliões de dólares, ou um pouco mais do que o PIB da China, o montante das dívidas no mundo que apresentam um rendimento negativo. Não são só as dívidas de Estados muito sólidos, como a Alemanha, que não representam nenhum risco de incumprimento, mas igualmente dívidas de países em vias de desenvolvimento e mesmo de empresas. (...) Encontram-se, pois, pelo mundo fora, investidores dispostos a perder algum dinheiro, colocando as suas disponibilidades líquidas em activos que oferecem um rendimento ligeiramente negativo, em vez de investirem ou conservarem os seus fundos na forma de depósitos.*” Antes de continuar com esta citação, assinalemos efectivamente que, no que às empresas toca, aquelas massas de capitais deixaram de ir, ou vão cada vez menos, para o investimento na produção. Daí um afundamento da actividade industrial. O índice de actividade da indústria nos Estados Unidos está hoje ao seu nível mais baixo desde 2009, ponto central da crise nessa época. Uma situação contagiosa, já que o recuo da actividade afecta também os serviços. Nos Estados Unidos, o índice de actividade dos serviços começa a baixar seriamente, estando ao nível mais baixo dos últimos três anos.

● ACTUALIDADE DO MARXISMO

O editorialista dos *Échos* continua: “Este mundo às avessas da finança tem a sua lógica. Esta lógica suscita, porém, tal como as teorias da física sobre a matéria negra, mais perguntas do que as respostas que dá. Devem-se considerar as taxas negativas como nova norma? Que será então dessa regra básica do capitalismo que exige que o capital investido seja remunerado ao nível do risco assumido? Dez anos depois da grande crise financeira de 2008, as taxas de juro negativas estendem-se por um campo cada vez mais amplo. Os bancos centrais estão na origem deste colapso das taxas de juro. Só que ninguém ainda mede realmente as suas consequências.” Detenhamo-nos uma vez mais neste último ponto. Talvez ninguém meça “realmente as suas consequências”. É, ainda assim, perfeitamente claro que esta política dos bancos centrais, ao não atingir os seus objectivos declarados e criar, pelo contrário, focos de instabilidade cada vez mais numerosos, tem como consequência privá-los da principal utensílio a que recorriam nas crises anteriores, incluindo a de 2007-08 — a redução das taxas de juro para salvar o sistema financeiro —, visto que essas taxas são nulas e mesmo, nalguns casos, negativas.

“Tirando ao dinheiro o seu valor-tempo”, continua o editorialista, “é possível justificar o financiamento de tudo e mais alguma coisa. Por isso se formam bolhas financeiras, imobiliárias ou de outro género qualquer. É assim em virtude da mesma lógica que faz manter vivas “empresas zombies” graças a entradas de capitais baratos, aos quais não deviam poder ter acesso. Será este mundo em que a finança deixa de seleccionar (...) durável? “Enquanto a música tocar, continuem a dançar”, dizia Chuck Prince, antigo patrão do Citigroup, na alvorada da crise financeira de 2008. Ficou na história como símbolo de todos os que não viram nada do que estava para

acontecer. Evitemos ser como ele!”

O resgate de acções, meio artificial para manter a “taxa geral de lucro”

Saliente-se igualmente uma outra consequência da política dos bancos centrais de afogarem os mercados financeiros em massas de liquidez (dinheiro): o estreitamento do papel da Bolsa. Esta tinha outrora como função principal permitir levantar os fundos necessários ao desenvolvimento das empresas capitalistas, aos seus investimentos, etc. Este papel desenvolveu-se sem cessar durante todo o período de ascensão do capitalismo. Na altura do capitalismo em putrefacção confrontado com as maiores dificuldades em se valorizar na produção “normal” de riqueza, este papel modifica-se substancialmente. Em primeiro lugar, há o fenómeno do resgate de acções que mais acima mencionámos. No ano que passou, a actividade bolsista só se manteve graças a resgates consideráveis das próprias acções pelos grandes grupos cotados em Bolsa, no intuito de defenderem as suas cotações. Inicialmente presente essencialmente nos Estados Unidos (onde estas operações alcançaram 1 bilião de dólares em 2018 e 3 biliões nos últimos cinco anos), a tendência tornou-se entretanto planetária. Se bem que as Bolsas europeias ainda estejam longe da dos Estados

Unidos neste domínio, em 2019 já conheceram o número nunca igualado de 100 mil milhões de dólares. Estas operações passaram a representar, na Europa, 32% dos montantes pagos aos accionistas, sendo o resto evidentemente constituído por dividendos. Nos Estados Unidos, 68% das somas entregues aos accionistas provêm do resgate de acções, tendo 80% das empresas cotadas procedido a este tipo de operações.

Só se pode compreender estas operações — aparentemente aberrantes — regressando a Marx e à sua definição da perequação da taxa de lucro: “As diversas taxas de lucro uniformizam-se, sob o efeito da concorrência, numa taxa geral de lucro, que é a média de todas estas taxas de lucro diferentes”⁽¹²⁾. Esmiuçando: “Daí resulta que cada capitalista individual, tal como o conjunto dos capitalistas em cada esfera de produção particular, participa na exploração da classe operária pelo conjunto do capital pelo grau dessa exploração, não apenas por simpatia geral de classe, mas por interesse económico directo, porquanto a taxa de lucro média depende do grau de exploração do trabalho total pelo capital total”⁽¹³⁾.

Estes resgates das próprias acções pelas grandes empresas são feitos no propósito de manter artificialmente uma taxa de retorno do investimento que, por



interposta perequação da taxa de lucro, actua, pelo menos na aparência, sobre a manutenção geral do nível de lucros e, portanto, sobre a movimentação de capitais entre empresas e sectores. Onde vão as empresas buscar o dinheiro necessário para realizar estas operações de resgate? As análises recentemente publicadas ensinam-nos que não se vai buscar este dinheiro às tesourarias próprias das empresas ou, pelo menos, à parte dessa tesouraria gerada pelas vendas de mercadorias e serviços. Já o dissemos: o crescimento económico mundial é fundamentalmente anémico, e as previsões das principais instituições do capital financeiro indicam que as possibilidades de “fazer dinheiro” em mercados cuja solvibilidade está em recuo são cada vez mais limitadas (conquanto haja diferenças de sector para sector). Vem-se a saber, com efeito, que a maior parte destas operações de resgate se faz por endividamento, estimulado por taxas de empréstimo muito baixas, elas próprias causadas pela política “não convencional” dos bancos centrais, anteriormente referida. Oficialmente destinada a relançar a actividade económica, esta política vai, nomeadamente, alimentar operações artificiais de manutenção da “taxa de lucro geral”, artificiais na medida em que não relacionadas com a produção de mais-valia e o aumento da produtividade do trabalho. Esta dívida não é, por conseguinte, considerando as perspectivas de abrandamento, utilizada no investimento produtivo, mas sim em operações financeiras. Como observa Roland Kaloyan, analista do banco francês Société Générale, “habitualmente, é sinal de fim de ciclo. O crescimento abranda, e as empresas investem relutantemente. Não encontram melhor uso para a sua liquidez.”⁽¹⁴⁾

Do mesmo passo, o número de emissões de novas acções ou a introdução de novas empresas em Bolsa estão em queda há já

alguns anos. Resultado: o número de empresas cotadas em Bolsa passou, em dez anos, de 5.100 a 4.200 nos Estados Unidos e de pouco mais de 10.000 a cerca de 8.000 na Europa.

Outrossim se assinalará que — como resultado de décadas de desregulamentação financeira — os financiamentos a crédito das empresas pelos fundos de investimento, os *family offices* (fundos que juntam os fundos de grandes famílias capitalistas), os fundos de pensões, etc., vêm adquirindo proporções cada vez mais significativas e, demais, fora dos financiamentos bancários. Este *shadow banking* (financiamento-sombra) que agrega os financiamentos das empresas fora do sistema bancário e das Bolsas é um fenómeno que se tem desenvolvido cada vez mais nos últimos anos. Ele alimenta as maiores preocupações dos próprios dirigentes capitalistas, dado não estar sujeito às mesmas regras de solvibilidade e segurança que os bancos e os títulos que circulam em Bolsa.

Apropriar a mais-valia, dê lá por onde der

Nem por isso o sistema capitalista deixa de assentar na extorsão de mais-valia, parcela do valor novo produzido pelo proletário que é apropriada pelo capitalista proprietário dos meios de produção. A mais-valia é, na verdade, a única fonte de nova riqueza “real”. Sempre ávida de mais mais-valia, mas confrontada com a dificuldade crescente em valorizar os seus capitais — à taxa de lucro média — pelo simples aumento da produção de mercadorias num mercado mundial saturado, a classe capitalista (e os governos ao seu serviço) lança mão, cada vez mais, de políticas destinadas a ir buscar novas parcelas de mais-valia directamente à força de trabalho. É aquilo a que há vinte anos chamámos “mais-valia relativa de tipo 2”: “Hoje, não se pode deixar de verificar que a “mais-valia relativa de tipo 2”, que tende a impor-se como forma dominante

de extorsão de mais-valia, é exactamente aquela cuja análise Marx havia posto de lado, pois, no ponto de vista do próprio capitalismo, apresentava o o imenso inconveniente de “só defeituosamente reproduzir a força de trabalho do operário” — o que, na época do capitalismo em ascensão, era o caso, absolutamente. Neste ponto, a situação com que nos debatemos hoje é a inversa da que predominava na fase ascendente do capitalismo. Hoje, a dominante da política mundial é: “Reformem-se os mercados do trabalho, reduza-se o custo do trabalho.” (...) Este processo que já não visa reduzir o valor da força de trabalho aumentando a produtividade, mas reduzi-la de maneira absoluta, reduzindo a capacidade de consumo dos trabalhadores, representa para toda a humanidade trabalhadora a ameaça de já só poder reproduzir a sua força de trabalho em condições dia após dia mais “defeituosas”. Assiste-se a um processo (...) em que o direito ao trabalho é substituído pelo “direito ao emprego”, em que o salário é substituído pela prestação ou pelo assistencialismo. Esta primazia da extracção de mais-valia da forma 2 em nada contradiz a aplicação dos mecanismos descritos por Marx como contribuição para a extracção de mais-valia relativa na forma 1”⁽¹⁵⁾.

A mais-valia da forma 2 distingue-se da mais-valia relativa “clássica”, obtida aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo, assim, o custo das mercadorias consumidas pelo operário, sem diminuir a massa de mercadorias que ele haja de poder consumir. A *contrario*, a mais-valia relativa de tipo 2 obtém-se, reduzindo o valor da força de trabalho abaixo do poder de consumo actual, por via, portanto, de uma pauperização absoluta e crescente da classe operária, mormente através de medidas de desregulamentação e de precarização do trabalho. São outros tantos meios para denegar a milhões de trabalhadores as garantias colectivas arrancadas

● ACTUALIDADE DO MARXISMO

>>> pela luta de classe, aquilo a que se chama “reduzir o custo do trabalho”, reduzindo, portanto, na realidade, o valor da força de trabalho. É a destruição massiva das forças produtivas “excedentárias” no ponto de vista capitalista.

Ao que se vem juntar um outro elemento atinente à mais-valia absoluta: a ofensiva generalizada contra as pensões de aposentação (mormente, na actualidade, em França) com o objectivo de baixar as pensões e forçar os trabalhadores a trabalhar mais tempo, que representa outra forma de extracção de novas quantidades de mais-valia. Marx descreveu as modalidades de extracção de mais-valia adicional pelo aumento da jornada de trabalho. A ofensiva em curso contra as aposentações na maior parte dos países capitalistas reflecte a tentativa dos capitalistas de extrair essa mais-valia absoluta aumentando a duração da vida de trabalho.

De novo as forças produtivas



O conjunto de elementos reunidos nestas notas valida a formulação de Marx: “No desenvolvimento das forças produtivas, chega o momento em que nascem forças produtivas e meios de circulação que já só podem ser nefastos no quadro das relações existentes e deixam de ser forças produtivas, passando a forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro)”⁽¹⁶⁾. Rosa Luxemburgo acrescentava a essas forças destru-

tivas o “militarismo”, por outras palavras, a economia armamentista. Esta última, além da sua função histórica de acompanhar a conquista de novos mercados e novas fontes de matérias-primas e mão-d’obra, “é, para o capital, um meio privilegiado para realizar a mais-valia, é para ele, por outras palavras, um campo de acumulação”⁽¹⁷⁾ — meio em que, como vimos, o Estado desempenha um papel central.

Sem querer entrar numa análise fina que não é o intuito do presente artigo, reatemos o que diziam Marx e Rosa Luxemburgo. “No quadro das relações [de produção, NdR] existentes”, Marx refere a força destrutiva do dinheiro. Já focámos acima a questão da dívida e das ameaças que ela faz pesar sobre a economia no seu conjunto. Confrontados com possibilidades cada vez mais limitadas de valorização do capital (produção da mais-valia e dos lucros), os capitais orientam-se para maneiras artificiais de conseguir lucros, tais como a especulação nos mercados financeiros e fora deles, criando “bolhas”, situações, portanto, em que o preço dos “activos” (acções, obrigações, títulos variados, matérias-primas, etc.) já nada tem o que ver com a realidade da produção. Tais bolhas especulativas acabam por rebentar, acarretando uma catástrofe económica, política e social, provocando desemprego, miséria, encerramentos de empresas e desaparecimento de sectores de produção de riqueza. É o que acontece com as crises económicas que passaram a ser a regra do sistema capitalista chegado ao seu estágio imperialista desde, pelo menos, 1929, das quais ele não se volta a “levantar” a não ser à custa de novas destruições de forças produtivas.

O maquinismo — no que hoje incluímos a automatização, a robotização, a digitalização dos processos de produção (inclusive na “indústria” dos servi-

ços) — tem efeitos não menos destrutivos. Em si, num ponto de vista geral (desligado de toda a realidade social), a economia digital poderia representar um progresso inegável. Porém, “no quadro das relações existentes”, tem tendência a ser, e vem a ser, uma força destrutiva: encerramento de unidades de produção, deslocalizações, destruição de empregos, reestruturação dos processos de produção à escala mundial, precarizando e reduzindo o valor da força de trabalho, destruição de serviços públicos (criando-se, nomeadamente, “casas de serviços públicos”, como em França, onde se juntam computadores, sendo o utente ajudado por empregados sem nenhuma outra competência que não seja navegar na Internet), etc. Sem falar dos efeitos destrutivos da relação entre o homem e o seu ambiente: poluição, emissões de gases com efeito de estufa, degradação das condições físicas e psicológicas de trabalho e de vida, degradação da segurança dos trabalhadores e da população, pilhagem e utilização anárquica dos recursos naturais, etc.⁽¹⁸⁾.

No capítulo de conclusão do seu livro *Introdução à Economia Política*, intitulado *As Tendências da Economia Mundial*, Rosa Luxemburgo referia: “Mesmo sujeitando-a a exame apertado, a evolução do capitalismo arrastado de facto para o seu próprio declínio e para além dele. Se até agora investigámos as circunstâncias que tornam possível a economia capitalista, é agora altura de conhecer as que a tornam impossível. Basta para isso estudar o impacto sucessivo das leis internas da dominação do capital. São elas próprias que, uma vez atingido certo grau de desenvolvimento, se voltam contra todas as condições fundamentais sem as quais a sociedade humana não pode existir. (...) O modo de produção capitalista tem a particularidade de o consumo humano, que era a finali-

dade, em todas as formas económicas que o precederam, ser para ele apenas um meio, posto ao serviço da verdadeira finalidade: a acumulação do lucro capitalista⁽¹⁹⁾. Aquilo que torna o capitalismo “impossível”, para usar a fórmula de Rosa Luxemburgo, é o mesmo que torna a socialização dos meios de produção — o socialismo, pela tomada do poder pela classe operária — não só possível, mas vital para o futuro da humanidade. ●

1 - *Les Echos*, 27 de Dezembro de 2019.

2 - A definição dos principais termos técnicos usados neste artigo é dada no glossário.

3 - Estes números publicados no início do ano, no contexto da luta da classe operária francesa contra o atentado contra o sistema de aposentação de base repartitiva, dá ensejo aos especuladores e à sua imprensa para empurrarem para a frente a questão dos fundos de pensões. Assim, *L'Opinion* refere que “à falta de fundos de pensões franceses na volta à mesa, acabou por ser aos aposentados noruegueses e do lado de lá do Atlântico que os nossos quarenta líderes tricolores distribuíram uns sessenta mil milhões de euros em liquidez no ano passado. Todos os países trazem uma nova peça ao debate

nacional sobre as pensões... que se põe desesperadamente a andar à roda sem sair do sítio logo que a questão é reconhecer os méritos da capitalização” (9 de Janeiro de 2020).

4 - Enquanto decorriam greves e manifestações contra o presidente Macron, o responsável francês da BlackRock, amigo do presidente, era condecorado com a Legião de Honra, isto quando se sabe o lóbi activo que a BlackRock e outros fundos fazem pela introdução e generalização dos fundos de pensões em França.

5 - *LA Tribune*, 10 de Dezembro de 2019.

6 - Para só citar um número: segundo a Reserva Federal (banco central) dos Estados Unidos, em 2109, os 10% mais ricos dos Estados Unidos detinham sozinhos 63,8% da riqueza total do país, contra 57,4% em 2005.

7 - Karl Marx, *O Capital*, Livro III, capítulo XV.

8 - Karl Marx, *O Capital*, op. cit.

9 - *Washington Post*, 18 de Setembro de 2019.

10 - Os dados que se seguem sobre o endividamento das famílias americanas são tirados de um artigo de Renaud Beauchard, professor na American University Washington College of Law, publicados em *Le Figaro*, 25 de Setembro de 2019.

11 - *Les Échos*, 12 de Agosto de 2019.

12 - *Le Capital*, Livro III, capítulo X - *Estabelecimento de uma taxa geral de lucro* (taxa de lucro médio).

13 - *O Capital*, Livro III, capítulo X - *Perequação da taxa geral de lucro pela concorrência*.

14 - Citado por *Les Échos* de 17 de Outubro de 2019.

15 - *Lutte des classes et mondialisation*, Daniel Gluckstein, 2000.

16 - Karl Marx, *Teses sobre Feuerbach*, in Karl Marx-Friedrich Engels, *A Ideologia alemã*.

17 - Rosa Luxemburgo, *A Acumulação do capital*, capítulo III, *As condições históricas da acumulação*.

18 - Como não se há-de pensar que a intervenção directa do imperialismo americano na Bolívia, provocando o golpe de Estado de Outubro de 2019 e o derrube do presidente Morales esteja relacionada, nomeadamente, com o facto de o país possuir no seu sub-solo as terceiras reservas mundiais de lítio, mineral necessário ao fabrico de baterias eléctricas? Morales colocara as reservas debaixo da tutela do Estado, quando os seus vizinhos, como a Argentina (primeiras reservas mundiais) ou o Chile, abriram o sector aos apetites das multinacionais do mundo inteiro.

19 - Rosa Luxemburgo, *Introdução à Economia Política*. Traduzido da versão em linha de “Gesammelte Werke. Herausgegeben vom Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED. Band 5. Berlin/DDR. 1975. »Einführung in die Nationalökonomie«, S. 524-778.

GLOSSÁRIO

Acção: título de propriedade de uma fracção do capital de uma sociedade. O seu proprietário recebe em troca uma remuneração, o dividendo. Pode, no entanto, ceder a qualquer momento o título no “mercado secundário”, verdadeiro mercado de segunda mão e actividade principal das Bolsas, onde a sua cotação evoluirá em função das especulações quanto à saúde e perspectivas económicas da sociedade e da economia no seu conjunto.

CAC40: Índice bolsista correspondente à média da evolução das cotações das acções das quarenta maiores sociedades industriais ou de serviços francesas cotadas em Paris.

Crescimento: no sentido capitalista do termo, o crescimento

mede-se pela evolução do PIB de um país (crescimento nacional), de uma zona (euro, países emergentes, etc.) ou de todos os países do mundo (crescimento mundial). O PIB (produto interno bruto) representa a totalidade do valor (valor acrescentado) dos bens e serviços produzidos num dado ano, a que se deduz o valor dos bens e serviços (chamados “consumos intermédios”) utilizados para realizar essa produção.

Fundos de investimento: Por oposição aos *hedge funds*, os fundos de investimento ou de gestão de activos (*asset management*) investem essencialmente nas acções, portanto no capital das empresas e, amiúde, em proporções suficientes para se poderem autoconvidar para os

conselhos de administração e exercerem as pressões necessárias para ele andar na linha e procurar o máximo lucro.

Fundos de pensões: são fundos de aposentação capitalizados, em que o nível das pensões irá depender, portanto, do rendimento dos investimentos feitos com as contribuições e a poupança dos futuros aposentados, geridos pelo fundo de pensões. Os investimentos podem ser feitos directamente pelo fundo de pensões (daí eles estarem representados, por exemplo, no capital de empresas) ou via fundos de investimento. Os fundos de pensões são igualmente grandes detentores de obrigações, especialmente obrigações do Estado.

● ACTUALIDADE DO MARXISMO

>>> **Fundos soberanos:** fundos criados por alguns Estados que captam determinados recursos (rendimentos do petróleo ou minérios, reservas de divisas estrangeiras, etc.) e os investem nos mercados financeiros, geralmente no mercado de acções. Alguns, como o fundo soberano norueguês, são fundos de pensões públicos.

Dow Jones (Dow Jones Industrial Average): índice bolsista americano calculado como média das evoluções das cotações das acções das trinta maiores sociedades industriais ou de serviços americanas cotadas na Wall Street (*New York Stock Exchange*).

Hedge funds: fundos que colectam capitais e haveres de aforradores ricos, investindo-os em todo o tipo de mercados (de acções, de obrigações, de títulos de todo o género, de matérias-primas, etc.). A opção (ou “arbitragem”, para usar o termo técnico) entre este ou aquele tipo de mercado faz-se em função do seu grau de rendibilidade (o desempenho, “*performance*”), sendo o objectivo a maximização dos lucros resultantes desses investimentos. São, assim actores essenciais da especulação.

NASDAQ: termo que designa tanto o segundo mercado bolsista americano (*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*) como o índice bolsista correspondente. O NASDAQ é um mercado inteiramente electrónico, onde são cotadas as chamadas *start-ups* e todas as empresas especializadas nas novas tecnologias da informação e da comunicação que não têm tamanho suficiente para serem cotadas na Wall Street. O índice do NASDAQ é a média da evolução da cotação das acções cotadas neste mercado.

Obrigações: títulos representativos de empréstimos feitos pelas empresas ou pelo Estado junto dos mercados financeiros. O detentor de uma obrigação é remunerado com um juro. Como com as acções, ele pode negociar o seu título no mercado secundário da dívida quando quiser. A cotação das obrigações das empresas evolui consoante as mesmas razões especulativas que influenciam as das acções. A das obrigações do Estado evolui em função da confiança do capital financeiro na política do governo que dirige o Estado em questão, embora o seu nível constitua também um meio de pressão sobre o Estado e o governo, incentivando-os a satisfazer as exigências do capital financeiro.

S&P 500 (Standard & Poor's 500): índice bolsista americano correspondente à média da evolução da cotação das acções das quinhentas maiores sociedades industriais ou de serviços americanas cotadas na Wall Street e no NASDAQ. Foi criado e é gerido pela Standard & Poor's, uma das três grandes sociedades mundiais de notação financeira da qualidade dos títulos que circulam nos mercados financeiros, principalmente obrigações e acções.

Milhões, biliões e bilhões: Utiliza-se neste texto a nomenclatura portuguesa clássica. O número 10^9 , em inglês americano *billion* (em francês: *milliard*, em português do Brasil: *bilhão*) é dado em português europeu por *mil(har de) milhões*. *Bilião* refere-se ao número 10^{12} (um milhão de milhões), que em inglês americano é dado por *trillion* e, no Brasil, por *trilhão*.

Para referência, o PIB português equivalia em 2019 a cerca de 240 mil milhões de dólares, o brasileiro a 1,9 biliões (trilhões, no Brasil) de dólares ou 8 vezes mais, o americano a 21,4 biliões de dólares, ou 90 vezes mais.

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)
Assina!

Assino A *Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

